

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC n.º 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, n.º 9 1249-087 Lisboa

Editorial

Escutas : uma questão de liberdade

A recente entrevista do Procurador-Geral da República a um semanário, suscitou um alarido e um frenesim mediático, a meu ver, absolutamente injustificados. Não que o Procurador-Geral da República não tivesse dito coisas interessantes. Penso mesmo que se tratou de uma excelente entrevista em que se abordou o estado da arte da investigação criminal em Portugal e se perspectivaram as linhas de força de uma nova estratégia de sucesso no combate à grande criminalidade e à criminalidade organizada.

Sempre numa linguagem dessacralizada, desempoeirada e directa. Nos antípodas, aliás, do que muitas vezes constitui a linguagem redonda, hermética e politicamente correcta daqueles que ascendem a altas funções mas que rapidamente se acomodam às mordomias do poder, por mais iconoclasta que tenha sido a sua posição anterior.

Notável, portanto.

Mas o que verdadeiramente buliu com algumas consciências mais rebuscadas foi a possibilidade admitida pelo Procurador-Geral da República de ter um dos seus telefones sob escuta, dado ouvir uns barulhos esquisitos. Para os mais puritanos caiu o Carmo e a Trindade com esta afirmação.

Errónea e injustamente.

É que, aquilo que o Procurador-Geral disse, não é mais nem menos aquilo que amiúde diz, suspeita ou admite, o cidadão comum do mais ilustre ao mais humilde. E essa é uma questão que tem de ser encarada com seriedade, verticalidade e frontalidade. É que estão aqui em jogo direitos fundamentais dos cidadãos, designadamente o direito á reserva da sua vida privada. Que só deve ceder quando sobrelevar um interesse público relevante de valor superior, designadamente a investigação de um crime grave, mas sempre sob o escrutínio rigoroso de um juiz. Será que tem sido sempre assim?

Alguém nos garante que não há ou não houve escutas ilegais?

As palavras do Procurador-Geral da República sobre este tema têm o condão ímpar de dar visibilidade e suscitar o debate. Em boa hora. Oxalá se faça luz. Está em causa também a nossa liberdade. - *JN*

Luís Filipe Menezes apresenta-se pela primeira vez, ante o Conselho Nacional

· «Chumbar» o Orçamento e ratificar o Tratado



Destaques:

Actividades do Presidente: Conselho Nacional aprova propostas sobre Orçamento e Tratado Europeu

Pags. 2 e seguintes

Actividades do PSD: segundo as sondagens, estamos em “empate técnico” com o PS

Pags. 4 e seguintes

Artigo de Opinião: «Valorizar o que é nosso!»

No interior

Luís Filipe Menezes apresenta-se pela primeira vez, ante o Conselho Nacional que aprovou as propostas da Comissão Política

O Conselho Nacional do PSD, reunido terça-feira, em Lisboa, aprovou por unanimidade uma proposta da direcção que considera o voto contra como a única opção admissível na votação na generalidade da proposta de **Orçamento de Estado para 2008**.

Na proposta, são indicadas sete razões essenciais para fundamentar o voto contra: a divergência real face à União Europeia; a descida dos salários das famílias; o aumento do desemprego; a degradação da situação económica dos reformados e o ataque ao poder de compra das classes médias; a desorçamentação das contas nacionais; a derrapagem da despesa pública; e o irrealismo do cenário macroeconómico do orçamento.

Por estas razões, a proposta aprovada pelo Conselho Nacional recomendou ao Grupo Parlamentar que pondere o seu sentido de voto em relação ao Orçamento de Estado para 2008, que será discutido na generalidade nos dias 6, 7 e 8 de Novembro.

Nesse sentido, no âmbito do debate do orçamento, o PSD apresentará iniciativas concretas que permitam acelerar o ritmo de crescimento sustentado do Produto Interno Bruto e do emprego, sem agravamento do peso da despesa pública.

Relativamente ao **Tratado da União Europeia**, 71 por cento dos conselheiros nacionais aprovaram a proposta da direcção do PSD, que defende a ratificação parlamentar do Tratado da UE., com 18 votos contra e 15 abstenções

De acordo com Luís Filipe Menezes, ao optar pela ratificação do Tratado Reformador da União Europeia, Portugal estará a «dar um exemplo de maturidade e crença no



projecto europeu».

“Defendemos a ratificação parlamentar para que a Europa possa rapidamente estar em estabilidade institucional”, afirmou o líder do PSD, na conferência de imprensa realizada quando o conselho nacional do partido ainda decorria.

Além disso, acrescentou, ao optar pela ratificação do Tratado Reformador da União Europeia Portugal estará a “dar um exemplo de maturidade e crença no projecto europeu”.

Luís Filipe Menezes disse ter “legitimidade” para defender a ratificação parlamentar, recordando que na campanha para as eleições directas já tinha avançado com essa

proposta, que foi, assim, sufragada pelos militantes do PSD, nessas eleições e no XXX Congresso, subsequente.

Por outro lado, a “Europa de há dois anos e meio não é a mesma Europa de hoje”, acrescentou.

“Hoje é prioritária a estabilidade institucional da Europa”, salientou, insistindo na necessidade da “rápida ratificação” do Tratado Reformador.

Resolução sobre o Orçamento de Estado para 2008

O Governo do Partido Socialista apresentou um Orçamento do Estado para 2008 sem rasgo, resignado, de costas voltadas para as expectativas e aspirações dos Portugueses.

Realizada a respectiva análise técnica e política, o Presidente do PSD, com o apoio unânime da Comissão Política Nacional, afirmou que o voto contra este Orçamento constitui inequivocamente a única opção admissível para o Partido Social-Democrata.

São sete as razões essenciais que fundamentam esta posição cuja deliberação, por parte do Conselho Nacional, é agora proposta nesta Resolução:

1. O ano de 2008 será o nono ano consecutivo de divergência real face à

União Europeia.

2. O ano de 2008 será o sétimo ano consecutivo em que decrescem os salários reais da maioria das famílias portuguesas.

3. O ano de 2008 será o quarto ano consecutivo em que o desemprego continuará a aumentar e será o dobro do que o Governo socialista prometeu.

4. Este Orçamento contempla um novo ataque ao poder de compra dos reformados e à situação económica e social da classe média.

5. A consolidação orçamental continuará a ser feita apenas pela receita, existindo neste Orçamento desorçamentações massivas, e sendo indispensável conhecer as dívidas do Estado acima dos prazos contratualizados.

6. A despesa pública corrente primária continuará a derrapar como nos dois últimos anos e tem de diminuir.

7. O cenário macroeconómico subjacente a este Orçamento é de um completo irrealismo previsional, por exemplo, no crescimento do PIB e no preço do petróleo, pondo em causa a credibilidade das metas de consolidação orçamental previstas.

O Partido Social-Democrata não se resigna a que, ano após ano, Portugal desça para a cauda da classificação dos estados membros da União Europeia, segundo os respectivos níveis de poder de compra e de bem-estar social.





E, por isso, assumindo a sua responsabilidade de único Partido capaz de protagonizar uma alternativa de Governo, apresentará ao País, no âmbito do debate deste Orçamento na Assembleia da República, iniciativas concretas que permitem acelerar o ritmo de crescimento sustentado do PIB e do emprego, sem agravamento do peso da despesa pública, e desafiará o Partido Socialista, e os demais partidos com assento parlamentar, a associarem-se a essas iniciativas.

O Partido-Social Democrata também não se resigna, perante a pobreza e a pobreza envergonhada para que este Governo está a empurrar, as centenas de milhares de famílias portuguesas de rendimentos modestos.

O PSD não pactua, com a tenaz com que este Governo está a esmagar a classe média, sujeitando-a a um brutal agravamento da carga fiscal que ainda continua a aumentar e a uma igualmente brutal diminuição de oportunidades de emprego e de progresso no próximo futuro.

O PSD não aceita que Portugal seja hoje na União Europeia, o País com maior desigualdade de rendimentos, em que a parcela do rendimento nacional que cabe aos mais ricos não cessa de crescer.

Por todas estas razões, sinteticamente enunciadas, é dever do Partido Social Democrata protagonizar uma alternativa que volte a dar esperança e confiança no futuro aos Portugueses.

Neste contexto, o Conselho Nacional recomenda ao Grupo Parlamentar do PSD a ponderação das razões expostas para fundamentar o seu sentido de voto em relação ao Orçamento de Estado para 2008.»

Resolução sobre o Tratado Reformador da União Europeia

1. Para além das leituras políticas que a aplicação do novo Tratado irá permitir, e tendo por adquirido que o objectivo é o melhor funcionamento dos mecanismos de decisão das diferentes instituições comunitárias, o compromisso alcançado pelos 27 visa obter o equilíbrio possível entre grandes e pequenos países através de um novo sistema de votação e ainda favorecer a adopção de novas políticas comuns.

A nova arquitectura institucional tem por finalidade tornar as decisões mais rápidas e mais eficazes, procurando aproximar assim a Europa dos cidadãos e dar respostas concretas aos problemas dos europeus.

Só a prática irá permitir verificar se se cumprem estes desideratos e até quando o novo Tratado estará em vigor.

Por de outro lado antecipar-se desde já que os novos dispositivos que resultam dos compromissos possíveis



não favorecem uma deriva federal da Europa. As questões da política externa e de segurança continuarão a estar sujeitas à regra da unanimidade e apenas em 2017 estarão formalmente em vigor todas as normas que agora se aprovaram.

Estão criadas condições para que a Europa volte a ter ambições e para que as instituições se preocupem com os problemas dos europeus. O que depende das iniciativas a tomar e das políticas a realizar.

Ou seja: o novo Tratado é uma condição necessária, mas não é uma condição suficiente.

Ratificação do novo Tratado

2. A ratificação do novo Tratado é da competência de cada um dos Estados membros.

Esta questão deve ser adequadamente enquadrada:

- o novo Tratado não é constitucional, no sentido em que não introduz um novo Tratado Único, limitando-se a emendar os Tratados que estão e continuam em vigor;
- a ratificação pelos Estados membros incidirá apenas sobre as novas emendas e não sobre as disposições dos antigos Tratados que, não tendo sido alterados, continuam em vigor como até agora, validados pelas ratificações oportunamente efectuadas por cada Estado membro;

- as chamadas “transferências de soberania” são, neste Tratado Reformador, nitidamente inferiores às contidas no Tratado da União Europeia ou Tratado de Maastricht de 1992, de que resultou, entre outras realidades, a criação do “euro” e do “Pacto de Estabilidade e Crescimento”.

3. Segundo as normas constitucionais dos 27 Estados membros, apenas a Irlanda está

obrigada a realizar um referendo.

Importa ter presentes alguns antecedentes com os chamados “referendos europeus”, na Dinamarca (1992), na Irlanda (2001), na França e na Holanda (2005), com resultados negativos para a construção Europeia.

As informações entretanto disponíveis apontam para que a larga maioria dos Estados membros, pelo menos 22, tenham já decidido submeter o novo Tratado a ratificação pela via parlamentar.

Uma consulta referendária, que a França e a Holanda querem claramente evitar, poderia abrir um precedente que, salvo no caso da Irlanda, os outros países não desejam. Seria aliás estranho que Portugal, assumindo a Presidência do Conselho da União Europeia que conduziu ao texto do novo Tratado, fosse o único país a promover um referendo. Este possível exemplo colocaria em situação politicamente menos confortável todos os executivos que querem evitar a via referendária.

Por outro lado, a ratificação parlamentar tem a mesma legitimidade democrática que a referendária.

Em Portugal, onde aliás não foi referendada a Constituição vigente, não há tradição de referendar Tratados internacionais. Nunca nenhum o foi. Nem os Tratados relativos às mais importantes organizações internacionais de que Portugal é membro, como a ONU e a NATO. Nem sequer os Tratados relativos à União Europeia, a começar pelo próprio Tratado de Adesão de 1985.

Não há, por outro lado, condições políticas a nível da União Europeia para um referendo simultâneo nos 27 Estados membros. Apesar de ser uma ideia sedutora defronta-se com as condições políticas prevaletentes em diversos países, como o Reino Unido,

a França e a Holanda, cujos Governos já foram claros ao recusar uma consulta popular.

Nota-se ainda que o Partido Socialista adiou a sua decisão para uma data posterior à assinatura do Tratado (13 de Dezembro) e que, segundo a Lei Fundamental, a convocação dos referendos cabe exclusivamente ao Senhor Presidente da República.

Afigura-se assim que, dada a alteração das circunstâncias no plano político europeu, e também no plano jurídico relativamente ao novo Tratado, cujo texto já é conhecido, a via parlamentar parece ser a mais adequada para a ratificação do futuro Tratado de Lisboa.

No plano interno, a ratificação por referendo é juridicamente desnecessária e politicamente inútil pois não iria alterar ou reforçar a prioridade que os portugueses já atribuem à União Europeia.

No plano externo, o referendo é um precedente arriscado, que pode ser invocado contra a decisão dos Estados membros que querem uma ratificação parlamentar, indo assim enfraquecer a posição portuguesa na Europa.

Neste enquadramento o Conselho Nacional aprova a Proposta da CPN/ PSD, de utilizar a ratificação parlamentar para ratificar o novo Tratado Reformador da União Europeia, futuro Tratado de Lisboa.

Setenta e um por cento dos conselheiros nacionais do PSD aprovaram terça-feira à noite, a proposta da direcção do partido que defende a ratificação parlamentar do Tratado da União Europeia, considerando “desnecessária e politicamente inútil” a realização de um referendo. – **Povo Livre e Gab. Sec. Geral, fotos Luís Saraiva**

O líder social-democrata desvaloriza a questão do Conselho de Estado

O presidente do PSD desvalorizou hoje a questão do lugar do nosso Partido no Conselho de Estado.

Em declarações aos jornalistas à margem de uma cerimónia de entrega de habitações sociais em Gaia, Luís Filipe Menezes, que inicialmente se havia recusado a falar de temas nacionais por estar em funções autárquicas, acabou por considerar que “o futuro do PSD não passa por [o Presidente do Partido] estar ou não presente no Conselho de Estado”.

Menezes acrescentou que, “sem qualquer menosprezo pela grande dignidade que o cargo [de *conselheiro de Estado*] tem”, a questão actual não passa de “um caso de pequena política, tricas de gente pequenina”.

Falando da política social que tem levado a cabo em Gaia, na qual se enquadra a entrega hoje efectuada de 35 dos 150 fogos do empreendimento PER de S. Félix da Marinha, Menezes reafirmou-se defensor da manutenção de “um estado social generoso e bem gerido” também a nível nacional.

“Mas isso só será possível com um crescimento social forte, sem o qual não pode haver políticas sociais”, afirmou o presidente do PSD.

A construção dos 150 fogos (75 de tipologia T2 e 75 T3) da Urbanização Alberto Martins Andrade - presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Gaia logo após o 25 de Abril de 1974 - representou um investimento de 9,361 milhões de euros. - **Fonte: PL, Lusa**

Menezes satisfeito com sondagens que indicam um forte crescimento do PSD

Luís Filipe Menezes manifestou-se satisfeito com as sondagens sobre as intenções de voto dos portugueses. Para o presidente do PSD, «é simpático, é moralizador, um bom sinal, sinal de que existe uma possibilidade de os portugueses poderem ter uma lógica de alternância democrática do poder».



O líder do PSD, que esteve sexta-feira na Ordem dos Notários, reagiu «com serenidade» aos resultados do barómetro DN/TSF/Markttest e da sondagem da Universidade Católica para JN/RTP/Antena 1.

Recorde-se que o barómetro DN/TSF/Markttest aponta para um empate técnico entre o PS (com 36,9 por cento das intenções de voto) e o PSD (com 35,9 por cento). Por sua vez, a sondagem da Universidade Católica atribuiu ao PS uma descida de cinco pontos percentuais.

Ainda segundo esta sondagem, Luís Filipe Menezes é a segunda figura política do país com melhor avaliação, a seguir ao Presidente da República. - **Fontes: - Lusa, TSF, RTP 1**

Posição sobre o novo aeroporto de Lisboa só depois de análise “cuidada” de todos os estudos



O presidente do PSD garantiu que o partido só assumirá uma posição sobre o novo aeroporto de Lisboa depois de analisar “cuidadosamente” todos os estudos que estão a ser desenvolvidos sobre a matéria.

“Qualquer posição assumida de outra forma seria leviana e totalmente irresponsável. O PSD quer, primeiro, ver os estudos e, depois, na altura própria, dirá qual é a sua posição”, disse Luís Filipe Menezes.

“O PSD era, e continua a ser, coerentemente, contra decisões tomadas de forma unilateral e sem sustentabilidade técnica”, acrescentou.

O líder social-democrata instou o Governo a “dialogar mais com o Parlamento e com os partidos da oposição” sobre este dossiê e a dar conhecimento “mais atempado e aprofundado” dos seus desenvolvimentos “para não haver querelas que venham a dividir os portugueses e as forças políticas sobre matérias fundamentais”.

“O Governo deve esclarecer, dialogar e encontrar parcerias estratégicas com a oposição. Se o fizer, terá da nossa parte toda a boa vontade para obter consensos para soluções que não sejam conflituais”, acrescentou.

Menezes falava em Vigo, à margem de uma reunião do Eixo Atlântico, associação de municípios a que actualmente preside. - **Fontes: Lusa, DN, TSF, RDP1**



No DN, João Pedro Henriques analise a sondagem que dá o PSD em empate técnico com os socialistas

Terá sido do efeito novidade? É o que os próximos meses confirmarão - ou não. O facto é este: o PSD mudou de líder, sendo Marques Mendes substituído por Luís Filipe Menezes. E, na sequência disso, o partido deu um enorme pulo nas intenções de voto, segundo os resultados do barómetro preparado para o DN e a TSF pela Markttest.

Os sociais-democratas subiram cerca de oito pontos percentuais, passando de 27,6 por cento para 35,9. E os votos parecem ter vindo, pelo menos em grande parte, directamente do PS. Os socialistas desceram cerca de cinco pontos, passando de 41,5 para 36,9. Resultado: agora o PS e o PSD estão praticamente taco a taco. Só um ponto percentual os separa. É uma situação, de facto, de empate técnico. Sócrates que se cuide.

A brutal subida nas intenções de voto do PSD ocorreu por transferência de votos do PS - mas não só. Quem também sofre com o “novo” PSD de Luís Filipe Menezes é o CDS-PP de Paulo Portas. Os democratas- -cristãos deram um tombo gigantesco, de 8,4 por cento nas intenções de voto para 2,9 por cento. Se as eleições fossem hoje, isto quereria dizer que, muito provavelmente, nenhum deputado do CDS seria eleito. Com Menezes, aparentemente, o PSD cresce à esquerda e à direita. O CDS-PP, pelo seu lado, inverte uma tendência de subida que já vinha de Julho.

Já à esquerda do PS, o cenário dá para sorrir. Tanto a CDU como o Bloco sobem. Os comunistas, porém, sobem mais, passando de 10,8 por cento para 12,3 - e consolidando-se assim na casa dos dois dígitos. A coligação chefiada pelo PCP revela assim capacidade de capitalizar o descontentamento com o Governo.

A subida do BE é menos acentuada: 0,6 pontos percentuais. Mas volta a subir, o que é uma diferença em relação ao mês anterior. – © “Diário de Notícias”

Encontro de Menezes com Cavaco muito bem sucedido

O líder do PSD, Luís Filipe Menezes, elogiou a forma como o Presidente da República “recriou” o exercício dos poderes presidenciais, sublinhando que vê “com muitos bons olhos” a cooperação estratégica de Cavaco Silva com o Governo.

Falando à Informação no final de um encontro com o Presidente da República sobre a forma como vê a “cooperação estratégica” entre Cavaco Silva e o executivo

socialista de José Sócrates, o líder social-democrata disse não ter nada a apontar. “Vejo com muitos bons olhos”, declarou.

Aliás, acrescentou, “o Presidente da República recriou de forma excelente o exercício daquilo que são os poderes presidenciais no nosso sistema semi-presidencialista”.

Acerca do primeiro encontro com Cavaco Silva depois de ter chegado à liderança do PSD nas directas de 28 de Setembro, Luís Filipe Menezes adiantou que foi “muito agradável” e serviu para fazer uma “primeira abordagem das perspectivas do PSD para a sua afirmação como alternativa” aos socialistas.

Instado a comentar os apelos do Presidente da República para o estabelecimento de consensos, Luís Filipe Menezes considerou que existe uma “panóplia de áreas” em relação às quais o “maior partido da oposição deve ser sempre escutado”, nomeadamente em matérias da União Europeia, Negócios Estrangeiros e Defesa.

Nestas áreas, acrescentou, “a governação do dia-a-dia pressupõe um entendimento e uma consulta permanente”.

“Há consensos nacionais que podem ser desenvolvidos de forma mais ampla no âmbito do Parlamento”, defendeu ainda o líder social-democrata.

Questionado porque se deslocou ao Palácio de Belém sozinho, sem qualquer outro membro da sua direcção e ao contrário do que é tradição nos encontros com o Presidente da República para apresentação de cumprimentos, Luís Filipe Menezes não respondeu directamente, lembrando que José Sócrates também não se desloca a Belém acompanhado por ministros do seu Governo.

“O primeiro-ministro não costuma vir com o Conselho de Ministros. É uma boa razão para eu também vir sozinho”, salientou. – Fontes: Lusa, DN, TSF, RDPI



Mesmo dizendo-se que “as sondagens valem o que valem” ...

PSD já só está a um ponto do PS subindo 8 pontos após Luís Filipe! Sócrates (a “fera política”) desce 10 pontos...

PS e PSD surgem em Outubro separados por apenas um ponto nas intenções de voto dos portugueses, um empate técnico, o pior resultado do partido do governo nos últimos dois anos, segundo uma sondagem hoje divulgada.

Para que este resultado fosse possível, o PSD conseguiu uma subida de oito pontos percentuais, num estudo realizado após a eleição de Luís Filipe Menezes como presidente do partido, enquanto o PS caiu quase cinco pontos.

Dados do barómetro DN/TSF/Marketest indicam que os socialistas registam 36,9 por cento das intenções de voto, enquanto o PSD recolhe 35,9, naquele que é quase o seu melhor resultado dos últimos dois anos.

Para encontrar os dois partidos tão próximos como nesta sondagem, realizada na semana da mega manifestação no Parque das Nações, é preciso recuar até 2005.

Na terceira posição, entre as intenções de voto dos portugueses, surge o PCP, com 12,3 por cento, seguido do Bloco de Esquerda, com 8,1.

Bastante prejudicado pela subida do PSD, o CDS caiu mais de cinco pontos, para os 2,9 por cento, o pior resultado do partido desde que Paulo Portas regressou à liderança.

Em Setembro, o PS reunia 42 por cento das preferências eleitorais dos portugueses, o PSD 28 por cento, o PCP 11 por cento, o CDS-PP 8 por cento e o BE 8 por cento.

Após a eleição de Luís Filipe Menezes como presidente do PSD, 48 por cento dos inquiridos acreditam que com o novo líder o partido vai fazer melhor oposição ao governo, 20 por cento defendem que será igual e 10 por cento apontam para uma actuação pior do que aconteceria com Marques Mendes.

Apesar de metade dos inquiridos ainda não saberem responder a esta pergunta, entre os que responderam, a nível de popularidade, Luís Filipe Menezes surge com dois pontos positivos entre os líderes políticos.

Segundo o Barómetro, Jerónimo de Sousa e Francisco Louçã são aqueles que merecem a nota mais positiva.

Paulo Portas é agora o líder político com o resultado mais negativo (30 por cento negativos), seguido do primeiro-ministro José Sócrates, com 20 por cento negativos, uma queda de 10 pontos em relação a Setembro.

Entre os ministros do Governo,



o ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, é a exceção numa lista em que o Ministro da Saúde, Correia de Campos, e a Ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, são os pior classificados.

A sondagem do DN/TSF/Marketest, com uma margem de erro de 3,46 por cento, foi realizada entre os dias 16 e 19 de Outubro, através de 803 entrevistas a indivíduos maiores de 18 anos em Portugal continental para apurar a intenção de voto nas eleições legislativas. -

Fonte: Lusa

Ribau Esteves afirma que 2008 vai ser “crucial” no debate da regionalização



O secretário-geral do PSD, Ribau Esteves, afirmou numa entrevista no ‘Porto Canal’ que o seu partido quer transformar 2008 no “ano crucial do debate” da regionalização, tema que o PS pretende retomar apenas na próxima legislatura.

“Queremos discuti-la agora. O ano crucial deste debate é 2008, já que em 2009 há várias eleições”, frisou o dirigente social-democrata na entrevista.

O calendário socialista é feito, segundo José Agostinho Ribau Esteves, “no pressuposto de que o engenheiro José Sócrates será o primeiro-ministro”.

“É um pouco surrealista. Parte do pressuposto que José Sócrates será então primeiro-ministro. O nosso calendário é

fazer o debate dentro da actual legislatura. O nosso pressuposto é que não será ele o primeiro-ministro”, afirma o também presidente da Câmara de Ílhavo.

Questionado sobre se o PSD pretende “discutir ou fazer” a regionalização já em 2008, Ribau Esteves respondeu: “Discuti-la para a fazer, para a fazer bem”.

Questionado sobre se a substituição dos presidentes de comissões parlamentares efectuada recentemente, correspondeu a uma lógica do tipo “ou comigo ou contra mim”, o dirigente admitiu que “pode parecer, mas não é”.

“O partido tem de ter caras novas. É uma atitude de mudança, uma atitude de rotatividade. Não se trata de dizer que são incompetentes. O Partido Social-Democrata é dos militantes”, afirmou.

E acrescentou: “Diz-se que saíram 3 barrosistas. Mas não foi dito que entraram 4. Esqueceram-se de dizer que entraram para as comissões parlamentares dois elementos que foram mandatários de Marques Mendes nas directas”.

“O que é isso dos barrosistas? Olhe, eu próprio sou um barrosista! O que é isto dos istas? São expressões de que eu não gosto”, acrescentou.

dois terços no caso do BCP.

O BPI oferece meia acção sua por cada acção do BCP e o negócio, a concretizar-se, criará o maior banco português.

PSD quer nova apreciação do regime jurídico das farmácias

PSD e PCP pediram uma nova apreciação do regime jurídico das farmácias, que entra em vigor a 31 de Outubro, mas uma eventual discussão apenas poderá ocorrer no final de Novembro devido ao debate do Orçamento de Estado, que durará até 23 de Novembro.

Uma apreciação terá que ser agendada pela conferência de líderes.

A deputada social-democrata Ana Manso precisou à Lusa que o partido quer discutir aspectos do regulamento, mas que não será pedida a sua suspensão.

“Temos reservas quanto a uma eventual cartelização de farmácias. Uma das preocupações é o número de farmácias por proprietário (quatro no máximo), mas vamos apresentar essa preocupação das possíveis tentativas de controlo do mercado, sempre na defesa do interesse dos doentes e utentes”, precisou.

No seu pedido de apreciação parlamentar, o Partido Social Democrata alega que a autorização legislativa dada ao Governo para criar o diploma fez com que não houvesse discussão suficiente no Parlamento sobre as regras.

Para o partido, um “maior debate democrático” é necessário devido à “elevada importância” que o novo regime jurídico das farmácias tem para a sociedade portuguesa “especialmente no caso dos utentes dos serviços de saúde, bem como para as actividades económicas, importância que não pode nem deve ser desprezada”.

“O Grupo Parlamentar do PSD pretende, enfim, possibilitar o debate democrático que antes o Governo impediu e introduzir alterações no Decreto-Lei n.º 307/2007, desse modo corrigindo soluções erradas ou violadoras de princípios de acessibilidade ou de equidade de que o mesmo padece”, lê-se.



PSD não se pronuncia quanto à eventual fusão BCI/BCP

O PSD recusou pronunciar-se quanto ao desfecho da possível fusão entre BPI e BCP mas apelou a que os centros de decisão estratégicos do sector financeiro se mantenham em Portugal.

“O PSD não exprime posição quanto ao desfecho em concreto desta ou doutra qualquer operação”, esclareceu o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD Patinha Antão, que tem responsabilidades nas áreas de Economia e Finanças.

Em declarações à Lusa, Patinha Antão considerou que a proposta do BPI de fusão com o BCP se inscreve “no quadro regulamentar e de liberdade de actuação no mercado português”.

Ainda assim, o PSD espera que se verifiquem duas condições nesta operação.

“Importa que haja uma manutenção dos centros de decisão em Portugal e uma maior afirmação no mercado global. É aí que radicam as oportunidades de um crescimento vigoroso que são a mola real da nossa economia”, defendeu Patinha Antão.

O deputado do PSD sublinhou que o sistema bancário português tem “padrões de qualidade e de serviço comparáveis aos padrões europeus”.

“É desejável que assim se mantenham e aprofundem”, salientou.

“É importante, para o desenvolvimento económico do país, que possamos ter instituições bancárias fortes e credíveis e que evoluam para uma maior dimensão do que as que temos hoje”, acrescentou.

De acordo com o vice-presidente do grupo parlamentar social-democrata, “o que deve ocorrer neste momento é o pronunciamento das autoridades de supervisão”, nomeadamente do Banco de Portugal e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

O BPI anunciou quinta-feira que enviou ao conselho de administração executivo do BCP uma proposta de fusão dos dois bancos, que será agora analisada pelo conselho de administração do banco liderado por Filipe Pinhal, que terá de responder até 15 de Novembro.

A proposta terá ainda de ser aprovada pelos accionistas das duas instituições, em assembleia-geral, sendo necessário 75 por cento dos votos, no caso do BPI, e

Rui Gomes da Silva e a greve dos pilotos da TAP

O vice-presidente do PSD, Rui Gomes da Silva considerou hoje que a greve dos pilotos que terminou às 17:00 é “fruto” das alterações às regras da Segurança Social introduzidas pelo Governo, que demonstram uma “insensibilidade total” do executivo.

“Esta greve é demonstrativa da total insensibilidade do Governo”, afirmou Rui Gomes da Silva, em declarações aos jornalistas no Parlamento, num comentário à greve dos pilotos que levou ao cancelamento de 45 voos com partidas dos aeroportos portugueses até à hora de almoço.

Acusando o executivo socialista de “não aceitar cumprir as regras do Estado de Direito”, o vice-presidente social-democrata lamentou que, depois de anos a descontar para a Segurança Social, os trabalhadores vejam a pouco tempo da reforma todas as suas expectativas goradas.

“São as expectativas de toda uma vida”, sublinhou Rui Gomes da Silva.

Rui Gomes da Silva considerou ainda que a greve de hoje dos pilotos “é fruto das alterações às regras da Segurança Social” introduzidas pelo executivo de José Sócrates, que vão levar “ao agravamento das condições de vida dos reformados”.

“O Governo escolheu o caminho da ruptura, o Governo recusa conversar”, acusou.

Por isso, acrescentou, “hoje foram os pilotos, amanhã serão outras classes profissionais”.

“É a isto que nos vai levar a reforma da Segurança Social”, salientou.

Em declarações à Lusa, o porta-voz da TAP adiantou que até as 13:45 foram cancelados 45 voos, 33 com partida do aeroporto de Lisboa, oito do Porto, três da Madeira e um do Funchal.

A greve, em protesto contra o aumento da idade da reforma para os 65 anos e pela alteração do valor das pensões, terminou às 17:00, estando agendadas novas paralisações para quinta-feira, sábado e 05, 07 e 09 de Novembro.

Soubes-se, entretanto, que o Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil (SPAC) anunciou a desconvocação da greve para quinta, sábado e para os dias 5, 7 e 9 de



Novembro, depois de terem chegado a acordo com os Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Trabalho e da Solidariedade Social para iniciar o processo negocial. - **PL**

Emídio Guerreiro critica o regime de faltas previsto no novo estatuto do aluno

O deputado do PSD Emídio Guerreiro criticou o regime de faltas previsto no novo estatuto do aluno, considerando que “só resolverá o problema estatístico”, permitindo aos estudantes “transitar de ano sem rigor, nem avaliação”.

“No regime de faltas que o PS impôs o que conta é meramente o facilitismo”, acusou Emídio Guerreiro, em declarações aos jornalistas no Parlamento.

A proposta do PS hoje aprovada na especialidade na comissão parlamentar de Educação, que está a debater e a votar as alterações ao Estatuto do Aluno do Ensino Básico e Secundário introduzidas pelo Governo em Abril passado, prevê que os pais sejam avisados logo à primeira falta injustificada e a escola aplique uma medida correctiva ao aluno.

Quando o aluno atinge um número de faltas (justificadas e injustificadas) correspondente a duas semanas, no 1.º ciclo do ensino básico, ou ao dobro do número de tempos lectivos semanais, por disciplina, nos restantes ciclos ou níveis de ensino, os pais ou encarregados de educação são convocados à escola.

Finalmente, de acordo com a proposta socialista, quando o aluno atinge um número de faltas (justificadas e injustificadas) correspondente a três semanas, no 1.º ciclo do ensino básico, ou ao triplo do número de tempos lectivos semanais, por disciplina, nos restantes ciclos ou níveis de ensino, o aluno realiza uma prova de recuperação organizada pela escola.

Numa reacção a esta proposta, Emídio Guerreiro considerou que apenas resolve “o problema estatístico”, já que permitirá aos alunos transitarem de ano “sem rigor e sem avaliação”.

“Os estudantes não vão ter melhor ensino, nem aproveitamento”, lamentou o deputado social-democrata, insistindo que o novo regime de faltas apenas “resolve o plano estatístico e não o plano de fundo”.

Também o líder do CDS-PP, Paulo Portas, já criticou o novo estatuto do aluno, que está a ser votado na especialidade, classificando-o como “um erro histórico” e deixando um apelo implícito ao Presidente da República para que trave o diploma. – **Fonte: TSF, Lusa**

Patinha Antão na Comissão de Orçamento e Finanças

Portugal precisa de crescer 4,5 por cento ao ano nos próximos 15 anos para conseguir convergir com os seus parceiros comunitários, segundo as contas do deputado social-democrata Patinha Antão.

Depois de Portugal estar em divergência real com os seus parceiros há 10 anos, e admitindo que a União Europeia crescerá a um ritmo de dois por cento anualmente, seriam necessários 15 anos para que houvesse convergência, disse Patinha Antão na Comissão de Orçamento e Finanças, no debate sobre o orçamento do Estado para 2008.

Se esse crescimento baixasse para 4 por cento por ano, em Portugal, então seriam necessários 20 anos para que Portugal se aproximasse dos seus parceiros. – **Fonte: Lusa**



Artigo de Opinião

Valorizar o que é nosso!

Ricardo Rio (*)

Tendo aproveitado parte do último fim-de-semana para pôr em dia a leitura das várias revistas e suplementos das edições das últimas semanas dos diversos periódicos de referência, achei curiosa a sucessão de alusões aos artefactos de alguns produtos tradicionais da nossa região.

Alguns, uma pequena reportagem sobre os artesãos do Galo de Barcelos. Na Revista Tabu, do Sol, um trabalho mais extenso sobre o trabalho da jovem designer de ourivesaria da Póvoa de Lanhoso, Liliana Guerreiro. A que se juntam vários outros trabalhos anteriores sobre, por exemplo, os lenços de namorados de Vila Verde.

Qualquer dos produtos artesanais aqui visados assenta em tradições que têm as suas raízes há já vários séculos, sendo muitos dos seus produtores actuais descendentes dos pioneiros da produção de tais peças, muitas das vezes ainda instalados em oficinas elas próprias seculares.

A forma como as Autarquias que gerem estes territórios têm sabido aproveitar e estimular o potencial destes produtos tão entranhados na sua cultura devia ser um caso de estudo para as diversas iniciativas que, pelos mesmos motivos, se poderiam reproduzir noutros contextos e espaços a nível nacional.

Em Vila Verde, o Presidente José Manuel Fernandes colocou os lenços de namorados como verdadeiros ícones da moda nacional, por via de um amplo processo de certificação e promoção (caminho entretanto seguido pelo vizinho Município de Amares), de que duas das iniciativas mais visíveis terão sido a associação a reputados estilistas e as parcerias com empresas como a TAP.

Na Póvoa de Lanhoso, a Autarquia tem-se desdobrado em esforços para reforçar a afirmação externa do sector da filigrana, assim potenciando as inúmeras iniciativas pioneiras e meritórias dos agentes privados locais.

Neste âmbito, realce para o projecto Rotas do Linho e do Ouro, agora concluído e que se iniciou em meados de 2005, numa parceria com a Câmara Municipal de Terras de Bouro, a ATHACA - Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave (a quem cabe a coordenação), a Associação Pedras Brancas, a Associação de Turismo da Póvoa de Lanhoso e a Associação dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte.

Sendo financiado pela iniciativa comunitária EQUAL, este projecto teve como principais objectivos modernizar e revitalizar a arte do ouro e do linho, promovendo a filigrana e o linho, encontrar novas e eficazes soluções de comercialização e reforçar os níveis de formação dos artesãos (através da aprendizagem de novas técnicas ou a recuperação das ancestrais).

Estando especialmente orientadas para a partilha de experiências a nível internacional, as Rotas do Linho e do Ouro permitiram apoiar a criação de estratégias de marketing para a promoção dos produtos, identificar condicionalismos do mercado e estimular a introdução de novos designs e técnicas de utilização do ouro nos trabalhos em linho, conciliando-os e promovendo a sustentabilidade das artes.

A esta luz, ecos do sucesso de casos como o da Liliana Guerreiro, que este ano recebeu o Prémio Internacional de Filigrana, abrem excelentes perspectivas para o êxito desta aposta, validando também a conciliação entre a modernidade e a tradição destas artes.

Na óptica das Autarquias envolvidas nestes diferentes projectos, a valorização destes sectores reveste-se de um especial interesse estratégico com vantagens claras que vão para lá da esfera estritamente económica dos domínios abrangidos.

De facto, se é obviamente positivo o apoio aos sectores artesanais tradicionais, assegurando a manutenção de certos postos de trabalho e a criação de novas oportunidades de negócio e de emprego, bem assim como estimulando nichos de exportação, a valorização destes produtos pode ser assumida como um verdadeiro instrumento de marketing territorial.

Desde logo, porque transmitem uma imagem extremamente positiva das localidades visadas e assim contribuem para o reforço do seu potencial turístico. Por outro lado, porque conferem uma lógica estratégica à intervenção municipal, contribuindo para valorizar a identidade local e daí promover dinâmicas territoriais de desenvolvimento assentes nos recursos imateriais do território (como o seu património, a sua cultura e as suas tradições).

No fundo, algo que se tem perdido um pouco ao longo dos últimos anos: a capacidade para se dar valor ao que é nosso! – (*) *Economista, vereador pelo PSD na Câmara de Braga, Presidente da CPS do PSD-Braga*

Notícias da Madeira

Toda a calúnia (lançada sobre pessoas e instituições) será levada aos tribunais!

A Comissão Política Regional do PSD-M decidiu, no fim do mês passado, que “toda a calúnia” lançada sobre pessoas e instituições será levada aos tribunais, revelou o presidente do partido, Alberto João Jardim.

Esta posição do PSD-M é uma reacção às denúncias de corrupção levantadas pela oposição madeirense e, em particular, pelo PS-M.

Alberto João Jardim considera que o PS-M está “dominado pelo PCP” e adiantou que a estratégia dos socialistas é criar um facto político para fazer abafar a derrota eleitoral nas eleições legislativas regionais antecipadas, de 06 de Maio, em que elegeram apenas sete deputados quando na última legislatura tinham 19.

“Há sempre uma estratégia de tentar apagar o resultado das eleições e lançar temáticas e isso explica a razão das insinuações reles e covardes que não visam “a, b ou c” mas mancham toda a gente e instituições autonómicas”, alertou.

“Para se acabar com isto, tomou-se a deliberação de que tudo o que seja calúnia lançada sobre as pessoas vai para os tribunais”, sendo que, no caso dos deputados, “será levantada a imunidade parlamentar”, acrescentou.

João Jardim referiu ainda que, no que diz respeito ao Orçamento de Estado para 2008, “a matéria ainda não está explícita”, mas anunciou haver uma actuação conjunta entre os Açores e a Madeira, “na defesa dos direitos que são nossos”.

O governante regional referiu que os seus desafios são os de chegar a 2011 com o programa de governo concluído ou em curso e preparar o partido para as grandes transformações pós-2011, altura em que não se candidatará a novo mandato.

Depois de confirmar estar a estudar a alteração dos estatutos do PSD-M, João Jardim chamou a atenção que o “líder do partido não tem que ser o mais desejado dentro do partido mas o mais desejado do povo e do eleitorado”.

Jardim explicou ainda que a sua defesa da realização de um referendo ao Tratado Reformador da União Europeia é uma questão de “princípio” e “ideológica”.

O responsável madeirense garantiu que a sua opinião não mostra uma divisão com o líder nacional do PSD, Luís Filipe Menezes, que já anunciou que a ratificação do Tratado deve ser feita a nível parlamentar.

Por isso, se houver referendo, vai votar “Sim” apesar do Tratado lhe merecer algumas críticas - espírito

ultra-liberal; possível ataque ao Estado Social; predominância na conjugação de votos dos grandes contra os pequenos Estados; transferência de poderes para órgãos europeus em prejuízo dos poderes regionais, entre outras.

“De qualquer maneira, dado que temos consagrado o princípio da coesão económica, social e territorial e que estão garantidos os direitos das Regiões Ultraperiféricas, votaria “Sim” num referendo”, concluiu.

PSD/Madeira emite parecer favorável ao Estatuto do Representante da República para as Regiões Autónomas.

O PSD/Madeira deu, na segunda-feira, em sede de comissão parlamentar especializada de Política Geral, parecer favorável ao projecto-lei conjunto de Estatuto do Representante da República para as Regiões Autónomas.

“No quadro constitucional existente, a proposta de parecer é no sentido que o PSD/M não tem nada a opor”, uma decisão que contou com a abstenção do CDS/M e contra do PS/M, afirmou o presidente da comissão, o deputado social democrata Coito Pita.

Salientou que “a posição manifestada foi a do PSD, que está reflectida em inúmeros documentos, incluindo uma resolução aprovada na legislatura anterior, que proponha a extinção do cargo de Representante ou Ministro da República”.

“Certo é que com o actual quadro constitucional o cargo existe e é necessário dar-lhe uma regulamentação”, sustentou.

No final de Setembro, PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE e Verdes entregaram na Assembleia da República um projecto conjunto de Estatuto do Representante da República nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

A figura de ministro da República ficou extinta na última revisão constitucional, tendo sido substituída pela de Representante da República, a nomear e exonerar pelo Presidente da República, ouvido o Governo.

Após tomar posse, em Março de 2006, o Presidente da República, Cavaco Silva, reconduziu o ministro da República para a Madeira, Monteiro Diniz, que passou a Representante da República naquela região, e nomeou José António Mesquita Representante da República nos Açores.

O Estatuto da Carreira Docente apresentado pelo Governo Regional “recusa transformar o professor num simples burocrata”.

O deputado do PSD-M Jorge Moreira afirmou que o Estatuto da Carreira Docente (ECD) apresentado pelo Governo Regional “recusa transformar o professor num simples burocrata”.

“A proposta de Estatuto apresentada pelo PSD-M vem de encontro às enormes expectativas criadas pelos docentes da Região Autónoma da Madeira, insere-se nas nossas especificidades regionais e tem como base uma profunda matriz humanista e personalista, recusando modelos que querem transformar o professor num simples burocrata”, justificou Jorge Moreira.

O deputado enumerou ainda algumas diferenças existentes entre o Estatuto nacional e o regional que será brevemente discutido na Assembleia Legislativa.

Nessa comparação, o ECD da Madeira não exige uma prova de avaliação de conhecimentos e competências para o ingresso na carreira docente, apresenta uma carreira, horizontal, com oito escalões e recusa uma carreira em duas categorias - professor e professor titular.

Prevê ainda uma transição para o sexto escalão com procedimento de prova pública a que podem ser opositores licenciados ou prova pública a que podem ser opositores licenciados ou bacharéis, com 18 ou 23 anos de serviço, avaliados por um júri formado por três docentes, sendo dois designados pela escola e um pela secretaria Regional de Educação e Cultura.

Estabelece ainda que a progressão na carreira depende do tempo de serviço no escalão, avaliação mínima de bom, formação creditada ou validade de 12 horas ano, sendo afastadas as quotas, ficando a progressão dependente do mérito e salvaguarda a intercomunicabilidade da carreira dos docentes provenientes do Continente e da Região Autónoma dos Açores. – Fonte: Lusa

Notícias de Aveiro

Conferência “A Imagem Arquitectura, a Imagem Território”

Promovida pelo Núcleo de Arquitectos de Aveiro da Ordem dos Arquitectos, conferência “A Imagem Arquitectura, a Imagem Território” realiza-se a próximo dia 2 de Novembro, às 21.30 horas, no Espaço A – Casa Municipal da Cultura – Edifício Fernando Távora.

A Conferência irá contar com a participação de André Tavares (Arquitecto) e de Duarte Belo (Fotógrafo) e surge no âmbito da Exposição “Aveiro Projecto Fotográfico” de Luís Oliveira Santos, que se encontra aberta ao público de Terça-feira a Domingo, das 14.00 às 19.00 horas. Tem entrada livre e destina-se a toda a população.

“Aveiro Projecto Fotográfico” pretende, mais do que documentar a cidade, construir um registo da

transformação da cidade. Mais do que a cidade postal ou os espaços consolidados é a cidade interrompida e o território em espera que se pretende mostrar.

Neste trabalho, Luís Oliveira Santos perpetua também as práticas de registo do espaço urbano que acompanham a fotografia desde o seu aparecimento no século XIX.

André Tavares (Porto, 1976) formou-se em arquitectura em 2000 e tem trabalhado em diferentes circunstâncias com várias instituições, nomeadamente o Museu de Serralves, a Ordem dos Arquitectos e a Casa da Música. Em 2003 iniciou um programa de investigação em Teoria e História da arquitectura, sob o lema O tráfico do Moderno que o levou a



permanecer até 2005 em Mendrisio, Paris e São Paulo. Os primeiros resultados desse trabalho foram publicados nos livros *Arquitetura Antituberculose* (Faup-publicações, 2005) e *Os fantasmas de Serralves* (Dafne, 2007). Desde 2006 é coordenador editorial da Dafne Editora, uma pequena editora de vão de escada, no Porto.

“Os pioneiros do betão armado, no final do século dezanove confrontaram-se com várias dificuldades para fazer vingar, no comércio e na cultura, a nova tecnologia que os entusiasmava. O seu sucesso deveu-se em grande parte a dois aliados: as catástrofes naturais e a fotografia. Hoje, o registo fotográfico permite-nos visitar os processos de transformação das práticas e métodos de trabalho dos arquitectos e outros profissionais da construção, da escala do detalhe construtivo às grandes infraestruturas territoriais, descrevendo

o funcionamento do estaleiro, a organização social do trabalho, e o imaginário formal que impulsionou uma revisão teórica da cultura arquitectónica.”

Duarte Belo nasce em Lisboa em 1968. Conclui licenciatura em Arquitectura em Lisboa, em 1991. Bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian entre 1986 e 1991. Paralelamente à Arquitectura, desenvolve actividade em Fotografia. Expõe individualmente desde 1989. Em 1995 esteve envolvido na salvaguarda das gravuras rupestres do Vale do Côa. Desde 1986 que percorre Portugal num levantamento fotográfico progressivo de unidades de paisagem, formas primitivas de ocupação e domínio do território, lugares arqueológicos, aspectos das cidades e da suburbanidade, arquitecturas, vias de comunicação e transformações recentes do espaço habitado. Destes itinerários foram

extraídas as fotografias da obra *Portugal — O Sabor da Terra*, desenvolvida com José Mattoso e Suzanne Daveau.

Em 1999 publica Orlando Ribeiro — Seguido de uma viagem breve à Serra da Estrela. Em aproximações à poesia portuguesa, publica Ruy Belo — Coisas de Silêncio, em 2000, e O Leitor Escreve para que seja Possível, a partir de um poema de Manuel Gusmão, em 2001. Em 2001 esteve representado na Exposição Critério Visível — Imagens da Coleção Nacional de Fotografia e dos Arquivos de Fotografia do Porto e de Lisboa. Participa no projecto *Topografias da Vinha e do Vinho*. Expõe e publica *O Vento Sobre a Terra* — apontamentos

trabalho *À Superfície do Tempo*. Em 2003 expõe individualmente o projecto *Novos Urbanismos, Novas Paisagens* para a inauguração do Museu do Vinho, em Anadia, e, em Vila do Conde, *Uma Espada Trespasa o Coração*, com edição Assírio & Alvim. Publica, nesse mesmo ano, *Alento — Danças Ocultas*. Em 2005 expõe e publica *Território em Espera* e edita, com o poeta Nuno Júdice, *Geografia do Caos* e, em 2006, *Terras Templárias de Idanha*.

Está representado em colecções públicas e privadas, em Portugal e no estrangeiro.

“Dois lugares de silêncio e inquietação interrogam-nos, por um lado, sobre a vida do planeta que



de viagens, uma selecção de fotografias de viagens em Portugal, entre 1989 e 1997, e expõe individualmente no Centro Português de Fotografia o

habitamos e, por outro lado, sobre a sociedade que construímos.

O vulcão dos Capelinhos entra em erupção a 27 de Setembro de 1957 e adormece no dia 24 de Outubro do ano seguinte. Perante o espanto e o medo de todos, surgiu uma paisagem nova defronte dos nossos olhos. Um edifício eruptivo com a nossa idade e muito mais recente que as nossas cidades.

Com discretas, mas grandes janelas para o Mar da Palha, no solo de uma Lisboa antiga, fora construído um edifício para albergar um conjunto de estátuas de gesso, positivos em branco. Homens e mulheres estabelecem entre si um diálogo incompreensível. Expressões enigmáticas no quarto do vulcão.”

Aprovada a Proposta de Fixação de Taxas da Derrama e Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2008

Foi aprovada a Proposta de Fixação de Taxas da Derrama e Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2008, em Reunião Pública de Câmara que decorreu ontem, dia 22 de Outubro, pelas 15.00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

A proposta foi aprovada por maioria, tendo tido quatro votos a favor



da coligação PSD/CDS-PP e quatro abstenções do Partido Socialista.

A Fixação da Derrama para o exercício de 2008 sofreu alterações significativas na sua forma de apuramento, em resultado da anterior Lei n.º 42/98 de 6 de Agosto ter sido revogada pela nova Lei das Finanças Locais - Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro.

Até ao ano transacto, a lei estabelecia como critérios para o apuramento da derrama, a aplicação de uma taxa limite máxima de 10 por cento sobre a matéria colectável, tendo sido fixada pela Autarquia a taxa de nove por cento.

Para o próximo ano de 2008 a lei determina que “os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite de 1.5 por cento sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)” sendo possível “a assembleia municipal por proposta da Câmara Municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000 Euros.

Atendendo às novas indicações, a Câmara Municipal de Aveiro aprovou a taxa de derrama de 1.35 por cento para as empresas que apresentem um volume de negócios inferior a 150.000 E, habitualmente designadas de PME's, contribuindo, desta forma, para um aumento da competitividade e atractividade do tecido empresarial local; e para as empresas com um volume de negócios superior a 150.000 E, a taxa será de 1.50 por cento.

No que à Taxa Municipal de Direitos de Passagem diz respeito a Autarquia mantém o mesmo valor da taxa fixada no ano transacto – 0.20 por cento. Esta taxa é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis, ao público, em local fixo, para todos os clientes do município.

Exposição “Juv.move”

A Exposição “Juv.move” encerra hoje decorreu podendo visitada das 09.30 às 18.00 horas, na Casa Municipal da Juventude de Aveiro.

Composta por cerca de 20 fotografias relativas à Semana da Juventude “Juv.move” a exposição contempla vários momentos e actividades desta semana especialmente dedicada à juventude. - **CM Aveiro**



Notícias de Cascais

Bombeiros homenageados: Dia Municipal do Bombeiro comemorado a 21 de Outubro

A Câmara Municipal de Cascais associou no domingo, dia 21 de Outubro, a partir das 11H00, às comemorações do Dia Municipal do Bombeiro que, este ano, tiveram lugar na Baía de Cascais.

O Dia do Municipal do Bombeiro, que se realiza desde 1997, tem como objectivo homenagear os Soldados da Paz pelo seu desempenho ao longo do ano, em missões tão importantes como a segurança e o bem-estar do cidadão.

A Câmara Municipal de Cascais apoia regularmente as cinco corporações de bombeiros do concelho, não só ao nível do equipamento dos quartéis e de protecção individual, bem como na dinamização dos Grupos de Primeiro Socorro, contribuindo para o reforço da eficácia ao nível da emergência pré-hospitalar, das intervenções em incêndios e da assistência às populações.

As comemorações deste ano ficaram ainda marcadas pela exposição de alguns carros de Bombeiros, no sábado, dia 20, das 13H00 às 19H00, que os municípios puderam visitar.

Programa:

11H00 – Recepção de entidades; 11H15 – Apresentação de Honras e revista à formatura; 11H 30.

Intervenções: Rui Rama da Silva, Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cascais; António Carvalho, Presidente da Federação dos Bombeiros do Distrito de Lisboa; Duarte Caldeira, Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses; General Arnaldo Cruz, Presidente da Entidade Nacional de Protecção Civil; António d'Orey Capucho, Presidente



da Câmara Municipal de Cascais;

11H45 – Início do desfile apeado e motorizado. 12H15 – Encerramento das comemorações. 13H00 - Almoço no Quartel dos Bombeiros de Cascais.

– **CM Cascais**

Construções abarracadas demolidas em Matarraque

Quatro construções abarracadas foram nesta quarta-feira demolidas na freguesia de S. Domingos de Rana. Uma acção que se enquadra no plano de erradicação de barracas que a Câmara quer concluir até final de 2008.

Sem quaisquer condições de habitabilidade, as construções abarracadas foram deitadas por terra, após ter sido concluído o processo de realojamento das famílias que aí residiam.

Também durante o dia foram

efectuadas demolições de edificações ilegais utilizadas para arrumos no Bairro Irene, em Alvide, freguesia de Alcabideche. Esta intervenção teve lugar na sequência de obras que decorrem naquele local, no âmbito da empreitada municipal para requalificação dos bairros Irene e Maria. – **CM Cascais**

COMUNICADO: *A propósito da manifestação ocorrida em Cascais a propósito do direito à habitação, organizada pela “Associação Solidariedade Imigrante”.*

1. A Câmara não considerou a manifestação ilegal, mas sim, e é inequívoco, que o desfile foi ilegal pelo simples facto de que foi requerido mas indeferido por violar claramente a Lei. De qualquer modo, a Câmara não tem, nem poderia ter qualquer objecção a manifestações que cumpram o disposto na Lei (DL 406/74, de 29 de



Agosto)

2. Nas últimas semanas foram efectivamente derrubadas 10 barracas no concelho, mas afirmamos peremptoriamente que todas se encontravam devolutas. Ninguém ficou desalojado! É inteiramente falsa a informação de que “nas últimas semanas” foi derrubada uma barraca por falha administrativa.

3. Estas acções de demolição de barracas devolutas desagradam porventura à “Associação Solidariedade Imigrante” e aos que gostaria de rapidamente reocupar as barracas após o realojamento dos anteriores locatários.

4. Volto a afirmar que todas as famílias residentes em barracas são previamente realojadas antes da demolição das respectivas barracas, estejam ou não inscritas no Programa PER”, sejam, ou não, regularmente constituídas.

5. Esclareço que não há moradores nas Marianas: o bairro já não existe desde há muitos meses, após o realojamento de todas as famílias residentes.

6. A Autarquia disse e mantém que estavam menos de 20 pessoas residentes em Cascais na manifestação. A própria “Associação Solidariedade Imigrante” não está sedada em Cascais e muitos manifestantes vieram de comboio de Lisboa como é reconhecido em comunicado por aquela organização, que apelou à presença dos manifestantes no Cais do Sodré às 7h15. A Câmara constata a grande capacidade da “Associação Solidariedade Imigrante” em mobilizar os meios de comunicação social para as suas acções.

7. O Presidente da Câmara ou os vereadores recebem todos os munícipes que pedem audiência, excepto sob pressão e em cima da hora. Curiosamente constatámos que nem o vereador da Habitação Social, nem o Departamento respectivo têm qualquer pedido de audiência pendente das referidas organizações.

8. A “Associação Solidariedade Imigrante” mente quando afirma que o Bairro do Fim do Mundo está a ser derrubado para construção de uma igreja. É verdade que na área vai nascer um novo Centro Comunitário da Paróquia que integra várias valências sociais, desde creche ao apoio à Terceira Idade e aos portadores de deficiência, essenciais ao apoio de proximidade a famílias carenciadas residentes nos bairros sociais da zona. O local contíguo, onde ainda se situam as barracas a demolir nos próximos anos, não se destina a construção pelo simples facto de serem solos em declive muito acentuado e integrarem as reservas Agrícola e Ecológica nacionais.

9. A Câmara recusa-se a dar casas a protegidos da “Associação Solidariedade Imigrante” só porque se manifestam em Cascais embarcando no Cais do Sodré ou a quaisquer outros cidadãos isolados que não podem beneficiar de prioridade face a famílias e a indivíduos que se encontram inscritos numa lista de espera para a atribuição de fogos sociais ordenada segundo rigorosos critérios objectivos. - **António d'Orey Capucho, Presidente da Câmara Municipal de Cascais**

Notícias de Braga

Ribau Esteves encerrou o Encontro de Autarcas da Coligação «Juntos Por Braga»

PSD apoia candidatura de Ricardo Rio a Braga



A direcção nacional do PSD vai apoiar a recandidatura à Câmara de Braga de Ricardo Rio, líder do partido no concelho, por considerar “que é tempo de Braga mudar e do país mudar de rumo”, disse hoje à Lusa o secretário-geral, Ribau Esteves.

“Ricardo Rio é o nosso candidato, vai ser o próximo presidente de Braga e conta com todo o nosso apoio”, afirmou José Ribau Esteves, a propósito do Encontro de Autarcas da Coligação “Juntos por Braga” (PSD/CDS/PP/PPM), que se realizou este fim-de-semana em Braga.

O dirigente social-democrata, que encerrou a sessão, disse ainda que, “com lealdade e transparência, a falar directamente às pessoas, o PSD vai vencer as eleições autárquicas e as legislativas de 2009”.

Na Convenção, que decorreu no auditório da Junta de Freguesia de Palmeira, estiveram, ainda, o presidente da Distrital do PSD de Braga, Virgílio Costa, e o líder local do CDS/PP, Miguel Brito, bem como cerca de 250 autarcas de ambos os partidos.

Na ocasião, Miguel Brito frisou que, apesar de ainda não ter autorização do partido, que ainda não lhe deu “mandato para namorar com o PSD”, nenhum militante do CDS de

Braga lhe perdoaria se não continuasse a abraçar o projecto, que - sublinhou - “tem um objectivo e que tem um rosto: Ricardo Rio”.

O presidente do CDS-PP local lembrou que sempre foi um homem livre dentro do partido: “Por isso faço esta declaração de amor a este projecto que começou em 2005!”, reforçou.

O líder da Distrital de Braga e deputado do PSD, Virgílio Costa enalteceu o trabalho desenvolvido por Ricardo Rio e pela sua equipa: “Tudo farei para, junto do Secretário-Geral, junto do Presidente do Partido, afirmar este candidato como o único ganhador para Braga”, declarou.

No final da sessão, o líder da Coligação “Juntos por Braga”, dirigiu-se a Ribau Esteves disponibilizando a secção de Braga do PSD, para o combate nacional do partido.

Ricardo Rio partiu, de seguida, para uma análise da gestão municipal defendendo que “Braga não tem política cultural: “Não basta o Teatro Circo ter espectáculos para todos os gostos, tem que ter também para todos os bolsos”.

Em sua opinião, “o modelo de gestão fracassou, como havíamos dito que ia acontecer, e não consegue gerar receitas que não sejam as da bilheteira!”.

Em sua opinião, “é inacreditável que se continue a gerir a cidade de costas voltadas para os jovens. Não há uma política pró-activa de apoio ao empreendedorismo e ao primeiro emprego ou há habitação”.

Em 2009, quando vencer a Câmara, assegurou, “a empresa Municipal de habitação, trabalhará em conjunto com as freguesias rurais para que se construam loteamentos a custo controlado para os jovens do nosso concelho. É inaceitável que eles se queiram fixar na sua freguesia natal e não possam!”.

Posição do PSD, na Câmara, sobre as “Opções do Plano – 2008”

Tal como foi transmitido na Conferência de Imprensa que teve lugar após a reunião do Executivo Municipal, os Vereadores da Coligação “Juntos por Braga”, expressaram através de carta dirigida ao Presidente da Câmara Municipal o conjunto de propostas que consideram prioritárias para as Opções do Plano de 2008.

Os Autarcas da Coligação fundamentam assim as suas opções:

Ao longo dos anos, sempre procuraram os Autarcas da Coligação

“Juntos por Braga”, do PSD e do CDS/PP, contribuir para a melhoria da gestão municipal, levantando questões e formulando propostas no espaço próprio, mas esbarrando não raras vezes com o autismo que caracteriza a actual liderança do Executivo Municipal.

Fizemo-lo, porque entendemos que é responsabilidade da Oposição, assumir um papel responsável e participante na construção do futuro do nosso Concelho, no respeito pela confiança depositada por vários milhares de Bracarenses e pelos anseios de todos os demais.

Se esta é a linha condutora da nossa actuação no dia-a-dia da actividade camarária, é, por maioria de razão, a mesma lógica que tem orientado a nossa postura em relação aos contributos para os vários documentos estruturantes da Autarquia e, em particular, as sucessivas Opções do Plano anuais.

Ao longo dos anos, temos respeitado até as orientações do Presidente da Câmara sobre a conduta a adoptar para a formulação de tais sugestões, ignorando a sua prática pouco abonatória do interesse do Concelho de recusar sistematicamente ou de diferir no tempo o acolhimento das nossas propostas.

Recorde-se, a propósito, que no ano de 2006, e seguindo a indicação transmitida em sede de Executivo Municipal pelo Eng. Mesquita Machado, formulámos as nossas propostas a cada um dos Vereadores do Partido Socialista, de acordo com os pelouros que lhes estão atribuídos, ao longo de reuniões individuais.

Das várias dezenas de propostas e desafios sectoriais, à centena de investimentos concretos a realizar em diferentes Freguesias que propusemos, pouco ou nada se materializou no ano em curso.

Não faria sentido, pois, proceder a uma reedição de tal iniciativa, tanto mais que, frisamos, a esmagadora maioria das propostas então formuladas se mantém válida e por realizar.

Ainda assim, por respeito institucional e como forma de elogio à adopção tardia da nossa proposta de realização de um Plano Participado, com quase cinco anos de atraso, entenderam os Vereadores da Coligação “Juntos por Braga” expressar as condições que julgamos deverem ser reunidas para que não nos sintamos obrigados a votar contra as próximas Opções do Plano e o Orçamento da Autarquia para 2008.

Assim, devem as Opções do Plano e o Orçamento para 2008 salvaguardar os seguintes propósitos:

i) Rever e ampliar o projecto de requalificação do Parque da Ponte, tendo em vista a criação de um verdadeiro Parque da Cidade, englobando as áreas contíguas à Escola Profissional de Braga e ao Picoto, e promovendo a ligação com as demais zonas verdes do centro (envolvente da Universidade, Rodovia, Zona dos Galos);



A par com esta profunda intervenção no Parque da Ponte, a Câmara deve promover o arranjo do antigo Mercado Abastecedor, estudar a aquisição ou permuta do terreno entre este Mercado e o Rio Este e ajardinar, dotar de bancos e iluminação pública as margens do Rio desde o Complexo da Rodovia até à Zona dos Galos, bem como promover acções claras de defesa do interesse público do Parque Eco-Monumental das Sete Fontes;

ii) Adoptar um novo Modelo de Gestão para o Teatro Circo, conducente à criação de uma Fundação que possa assumir a direcção deste equipamento e assim conferir maior viabilidade económica e financeira ao mesmo, graças ao acesso a recursos de Mecenato;

iii) Concluir a Rede de Saneamento e a rede de abastecimento de água pública, salvaguardando as condições de funcionamento dos equipamentos de tratamento de águas residuais e efluentes já instalados ou a instalar;

iv) Apostar na requalificação dos Parques Empresariais do concelho e numa política de reordenamento industrial, concretizar o TechValley, contrariando as práticas de especulação imobiliária potencialmente envolvidas, investir na sinalética (interna e externa) e nas acessibilidades aos Parques e requalificar o Mercado Municipal de Braga;

v) Proceder à deslocalização do Parque de Exposições de Braga e à criação de um projecto de raiz de cariz supra-municipal, em articulação com as associações empresariais e como instrumento de apoio ao fomento do turismo profissional (traduzido no acolhimento de Congressos e Feiras internacionais).

vi) Desenvolver um Programa de

Certificação de Qualidade das Escolas – validando a qualidade dos estabelecimentos de ensino do Concelho, no plano material e imaterial;

vii) Generalizar os apoios à formação desportiva a todas as colectividades do Concelho, através de regras claras e transparentes do conhecimento público;

viii) Elaborar um verdadeiro projecto de exploração futura do Estádio 1º de Maio, para o que deverá a Câmara Municipal de Braga suscitar um alargado debate público com as tutelas e as forças vivas dos meios cultural, associativo, educativo e desportivo do Concelho e do Distrito;

ix) Reformular o Projecto das Piscinas Olímpicas para um formato mais adaptado à realidade económica do Município e às carências infra-estruturais do Concelho;

x) Criar Programas Locais de Incentivo ao Emprego e à Criação de Empresas pelos jovens do Concelho, mediante o recurso à fiscalidade municipal e a outros serviços complementares;

xi) Reforçar a articulação da BragaHabit com as Juntas de Freguesia por forma a agilizar o processo de fixação dos jovens nas freguesias de que são naturais, através de uma política social para a Habitação;

xii) Reequacionar o papel e as funções da Polícia Municipal, através do alargamento dos horários de actuação, para o horário nocturno e ao fim de semana, da dotação de melhores meios operacionais, da potencialização de acções concertadas com outras forças de segurança e do apoio à formação e informação do corpo da Polícia Municipal;

xiii) Proceder à avaliação do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) que se conclui em Dezembro de 2007 e elaborar um novo PDS para um horizonte de 3 a 5 anos. Neste âmbito, deve a Autarquia reforçar os meios para a área Social, diversificando e intensificando a capacidade de resposta e as iniciativas a desenvolver em prol da população idosa, das crianças, das famílias, dos cidadãos com necessidades especiais e dos cidadãos excluídos, em articulação contínua com as Juntas de Freguesia, as IPSS, as Associações representativas da sociedade civil e outros organismos públicos;

xiv) Criar um Plano Municipal para a Saúde e os Hábitos de Vida Saudáveis, no contexto do novel Pelouro da Saúde;

xv) Elaborar e implementar um Plano de Acessibilidades Pedonal para toda a zona urbana do Concelho (e não apenas para as principais artérias do centro da cidade) que abranja a supressão das barreiras arquitectónicas à circulação e assegure maior segurança à circulação de peões nas zonas de maior tráfego;

xvi) Animar, requalificar e revitalizar as praças e largos da cidade, bem como investir no reforço da iluminação pública e no estímulo à recuperação das habitações degradadas no Centro da Cidade.

É, pois, com elevada expectativa que aguardamos a proposta de Opções do Plano para 2008, na qual esperamos ver consagradas as prioridades e iniciativas aqui enunciadas e as que já antes foram transmitidas aos Senhores Vereadores do Partido Socialista, embora sem qualquer resultado. - **Vereadores da Coligação “Juntos por Braga”**

Notícias de Ílhavo

Semana da Educação 2007

A Câmara Municipal de Ílhavo assume a importância da qualidade da educação na vida das nossas Crianças e, no âmbito de uma permanente política activa e prioritária nesta área, promoveu a Semana da Educação 2007.

De 22 a 26 de Outubro, vários foram os temas debatidos e as acções realizadas em prol da educação das Crianças do Município de Ílhavo.

O programa da Semana foi o seguinte:

Dia 22 Outubro (Segunda-feira), 10.00: reunião do Conselho Municipal de Educação (Câmara Municipal de Ílhavo); 15.30: Reunião do Executivo da Câmara Municipal de Ílhavo (pública), (Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes); 17.00: Assinatura do Protocolo entre a Câmara Municipal de Ílhavo e a Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes relativo à utilização do pavilhão desportivo

Dia 23 Outubro (Terça-feira), 9.00 às 18.00: Acção “Um dia com o Presidente” – com três alunos do 2º e 3º Ciclos; 18.30: Reunião de trabalho com Educadores, Professores, Conselhos Executivos e Conselho Municipal de Educação; Apresentação do PMIE 2007/2008, (Auditório da Biblioteca Municipal de Ílhavo)

Dia 24 Outubro (Quarta-feira): 17.00: reunião de trabalho com as Auxiliares de Acção Educativa – funcionárias camarárias, (Câmara Municipal de Ílhavo)

Dia 25 Outubro (Quinta-feira), 18.30: Reunião de trabalho com as Associações de Pais; Apresentação do PMIE 2007/2008, (Auditório da Biblioteca Municipal de Ílhavo)

Dia 26 Outubro (Sexta-feira), 9.00: Sessão solene de hastear das Bandeiras Verdes nos seguintes Estabelecimentos de Ensino: Jardim de Infância Chousa Velha, Jardim de Infância Encarnação Sul, Jardim de Infância Gafanha Aquém, Jardim de Infância Gafanha do Carmo, Jardim de Infância Légua, Escola Básica do 1º Ciclo Chousa Velha, Escola Básica do 1º Ciclo Ílhavo, Escola Básica do 1º Ciclo



Senhora dos Campos, Escola Básica do 1º Ciclo Barra, Escola Básica do 1º Ciclo Encarnação Norte, Escola Básica do 1º Ciclo Encarnação Sul, Escola Básica do 1º Ciclo Chave, Escola Básica do 1º Ciclo Marinha Velha, Escola Básica do 1º Ciclo Senhora do Pranto, Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes

12.00: almoço com as Crianças no Edifício Sócio-Educativo da Gafanha da Encarnação; 19.00: Homenagem aos Professores/Educadores Jubilados, (Auditório da Biblioteca Municipal de Ílhavo)

Bolsas de Estudo Municipais 2007/2008

Até 5 de Novembro encontra-se a decorrer o prazo de Candidaturas para as Bolsas de Estudo Municipais,

promovidas pela Câmara Municipal de Ílhavo. Estas destinam-se aos alunos do Município de Ílhavo, com idade não superior a 25 anos, que frequentam o Ensino Secundário ou Superior. Concorre já!

O lançamento do Programa Municipal de Bolsas de Estudo para o presente ano lectivo 2007/2008 foi aprovado na passada Reunião de Câmara de 17 de Setembro.

Na edição deste ano, perspectivam-se atribuir 8 novas bolsas, com o valor mensal de 102,25 euros no caso de alunos do Ensino Superior e de 51,13 euros no caso de alunos do Ensino Secundário (as Bolsas serão liquidadas em nove mensalidades).

Entre outras constitui obrigação dos bolseiros, disponibilizar 75 horas por ano para a realização gratuita de tarefas de índole diversa na área do Município, enquadradas no âmbito do previsto no Programa Vocação ou no Programa Municipal de Ocupação dos Tempos Livres, promovidos pela CMI.

Abertura do Concurso Público para o Jardim Oudinot

O Executivo Municipal deliberou aprovar recentemente a abertura do Concurso Público para a execução da obra de requalificação do Jardim Oudinot, na Gafanha da Nazaré.

Esta obra tem um valor estimado de 3.275.772 euros (+ IVA) e o seu prazo de execução é de 6 meses.

Esta é uma obra de grande importância para a Gafanha da Nazaré, para todo Município de Ílhavo e também para toda a região da Ria de Aveiro, pela sua localização numa zona privilegiada de relação entre a terra e a Ria de Aveiro, na “ponta norte” do Canal de Mira, enquadrando o Navio Museu Santo André.

Trata-se de uma qualificação urbana e ambiental, que envolve um conjunto de obras que irão transformar este espaço público. As infraestruturas a serem construídas consistirão num ancoradouro de recreio, em percursos pedonais e ciclicos, que farão a ligação entre a parte antiga e nova do jardim, equipamentos desportivos, parques infantis e uma praia fluvial com apoio de bar. Toda a zona será iluminada para que possa ser utilizada com segurança pelos cidadãos a qualquer hora do dia.

Com esta obra realizada pela Câmara Municipal de Ílhavo, no âmbito de um acordo de parceria formal e financeira com a APA, cumpre-se um importante objectivo do Plano Unir@Ria, materializando-se o maior Parque da Ria de Aveiro, e garantindo a sua disponibilização e fruição a todos, com uma nota de relevância para o acesso directo da população da Gafanha da Nazaré à Ria (na única zona onde isso é possível dentro da área portuária). - © CM Ílhavo



A aplicação de verbas do PIDDAC no Município.

· Porto de Portimão: mais um ano de retórica

A Proposta de Orçamento de Estado para 2008, o Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central em particular, constitui para o Município de Portimão mais do mesmo.

Abandonado que está, desde há vários anos, qualquer investimento no Ensino Superior público em Portimão, de forma inexorável e com a complacência do poder local, já não espanta que este ano não seja diferente. Esquecido o Campus Universitário, tem a Câmara Municipal que resolver o que fazer ao terreno cedido para esse efeito, atendendo até a que o Governo e a Universidade do Algarve decidiram, por omissão e inação, conduzir ao encerramento do pólo de Portimão a curto prazo. Neste momento, relativamente ao Ensino Superior público em Portimão, há um divórcio claro entre o PS que governa o País, o PS que governa o Município e os socialistas que governam a Universidade do Algarve. Pior, passado um ano tudo continua na mesma, quanto às alternativas e oportunidades prometidas, relativamente ao avanço de parcerias entre o Município e outras entidades do Ensino Superior, designadamente do sector cooperativo ou privado.

Mas a sensação de “dejá vu” não se fica por aqui. As verbas para o Porto de Portimão e Porto de Cruzeiros de Portimão (25 mil e 60 mil euros respectivamente) são a “brincadeira” do costume. Uma brincadeira que já perdeu a piada, de tão repetitiva e monótona se tornou. Ano após ano, a mesma “comédia”, os mesmos



“artistas”, os mesmos três actos.

Primeiro acto: início do ano, a caminho do deserto os concorrentes do Dakar assistem a sucessivas declarações de organizadores, autarcas e governantes sobre a viagem até África. Não pode ser naquele ano mas sim no próximo. Vamos comemorar o próximo reveillon com o embarque no Porto de Portimão de camiões, carros e motos, dizem autarcas e prometem governantes.

Segundo acto: chega o Verão, as festas cor-de-rosa ocupam os areais e os responsáveis locais e nacionais asseguram a navegabilidade do Arade, o Porto de Cruzeiros, mais e melhores turistas, o consequente desenvolvimento dos sectores do

comércio, da restauração e da hotelaria.

Terceiro acto: aproxima-se o Inverno, é divulgada a proposta de Orçamento de Estado, são conhecidas as verbas inscritas no PIDDAC. Uma vez mais, meia dúzia de euros, simbólicos, que não chegam para qualquer realização minimamente substancial, são tudo o que os autarcas conseguem, são tudo o que os governantes concedem.

Protestos mais ou menos vigorosos, mais ou menos envergonhados, ocupam um mês. Desce o pano, para voltar a subir, pouco depois, dando de novo início ao primeiro acto.

Em sentido figurado claro, isto só lá vai com umas pancadas fortes no Governo. Enquanto a maioria socialista se quedar pelas pancadas de Molière, folgam as costas do Poder Central. – **Vereadores do PSD na CMPortimão**

Complexo Desportivo do Barranco do Rodrigo.

Desde a sua apresentação pela maioria socialista, o Partido Social-Democrata tem mostrado a sua oposição ao Complexo Comercial/Habitacional/Desportivo do Barranco do Rodrigo. Durante a campanha eleitoral de 2005 a posição do PSD e do CDS, integrando a Coligação Portimão Primeiro, foi clara. Além das dúvidas suscitadas pelo modelo, designadamente quanto ao peso da componente comercial, pelo timing

escolhido para avançar com esta proposta e pelo não envolvimento de clubes e associações desportivas, sempre entendemos errada a localização que inviabiliza um dos últimos “redutos” possíveis no perímetro urbano para a criação de um verdadeiro Parque Verde, verdadeiro “pulmão” de que esta cidade tão necessita.

Apesar destes erros, a maioria socialista decidiu avançar com o processo de construção daquele complexo. Naturalmente, dada a sua dimensão, o respectivo concurso teria que tomar a forma de Concurso Público Internacional e assim aconteceu.

Assim, a 31 de Janeiro foi tomada a seguinte deliberação, nº 130/07: “A Câmara delibera, por maioria, com 5 (cinco) votos A FAVOR (PS e CDS-PP) e 2 (dois) votos CONTRA (PSD e CDU), aprovar o relatório de Análise das Propostas com o qual concorda.”

Mais delibera manifestar intenção de adjudicação ao concorrente Lena Construções, S.A.”

O relatório de análise das propostas e respectiva intenção de adjudicação suscitaram questões não esclarecidas ao então Vereador do PSD, Dr. João Amado, designadamente quanto aos critérios utilizados e sua valoração, motivo pelo qual votou contra, numa fase em que o Vereador indicado pelo CDS já se tinha “rendido” aos encantos socialistas.

Apesar das interrogações levantadas pelo PSD e pela CDU,



decidiu a maioria socialista não parar para repensar e discutir amplamente todas as questões. Constatou-se agora que, na sequência dos pareceres da CCDR e da tutela, a razão assistia à Oposição e o Plano de Pormenor terá que ser alterado, pondo em causa os pressupostos do Concurso, a análise das propostas e suas conclusões. Assim, a deliberação hoje tomada, com os votos socialistas e do vereador “independente”, merece a rejeição política e suscita dúvidas quanto à validade do Concurso Público Internacional realizado, motivando o voto contra do Vereador do PSD, Dr. Pedro Martins, cuja declaração de voto também se anexa.

A nossa declaração de voto relativa ao Plano de Pormenor do Barranco do Rodrigo – Complexo Desportivo – proposta de plano de Outubro de 2007 - Deliberação N.º 1061/07, foi: “Voto contra. Considero que esta deliberação subverte os pressupostos estabelecidos no Concurso Público Internacional, bem como as expectativas criadas aos Portimonenses relativamente aos equipamentos a desenvolver.”

Hoje, meses passados, continuo, de facto, a entender que a perda de uma valência tão importante como o Pavilhão Multiusos ou qualquer outra das valências previstas “fere de morte” todo este processo, altera de forma irreversível a ponderação prevista nos critérios de adjudicação do concurso público internacional, o qual atribuiu uma ponderação de 40% às áreas destinadas ao complexo desportivo, espaços verdes e infra-estruturas.

Para além disso, o que foi prometido aos Portimonenses, e usado como arma eleitoral nas últimas eleições autárquicas foram três equipamentos estruturantes, nomeadamente, nas próprias palavras do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Portimão “um estádio de futebol”, “um pavilhão multifuncional” e “uma piscina olímpica”. Dizia ainda o Sr. Presidente: “a Câmara não vai gastar absolutamente nada, apenas cede o terreno”. A Câmara pode não gastar, mas os Portimonenses pagam com a aprovação de um projecto imobiliário para uma das últimas áreas disponíveis na Cidade que poderia vir a ser constituída como um verdadeiro parque verde e que poderia ela mesma, adoptando um outro modelo de financiamento, conter os equipamentos referidos, sem o projecto imobiliário associado. Em troca do projecto imobiliário, o Partido Socialista prometeu aos Portimonenses um projecto que previa não 2 equipamentos, mas sim 3, pelo que considero inaceitável que se venha agora a retirar do projecto um dos equipamentos. Considero que é o projecto imobiliário que tem de se subordinar ao projecto do Complexo Desportivo, e não o contrário; não pode o Complexo Desportivo ser “desmembrado” para satisfazer o projecto imobiliário. – **Pedro Martins, vereador pelo PSD na CMPortimão**

Notícias de Ovar

Um escândalo do executivo (socialista): ASAE encerra Mercado Municipal de Ovar por falta de higiene

Por falta de higiene e de condições o Mercado Municipal de Ovar foi encerrado pela Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE).

O director-nacional de operações da ASAE diz que a decisão de fechar o mercado foi tomada depois de verificar que não havia condições mínimas para o manter de portas abertas.

Os vereadores do PSD já tinham alertado para esta situação na reunião de Câmara do dia 15 de Março.

O executivo socialista não agiu em conformidade e... agora sujeitou-se a esta VERGOLHA e HUMILHAÇÃO.

Os comerciantes são fortemente prejudicados e as centenas de consumidores que frequentam o Mercado Municipal de Ovar vão ficar privados de lá irem nos próximos tempos.

O actual executivo socialista da CM Ovar é o único responsável por esta vergonhosa situação!

A ASAE cumpriu a sua obrigação. Mas teria feito um serviço público muito melhor se também encerra-se a ala esquerda do piso superior do edifício dos Paços do Concelho (leia-se, os gabinetes do executivo socialista) para “DESBARATIZAÇÃO”!!!

Um comunicado do PSD/Ovar

VERGONHA!

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) encerrou hoje, dia 27 de Outubro, o Mercado Municipal de Ovar, por falta de condições e de higiene.

A ASAE diz que “a decisão de fechar o mercado foi tomada depois de verificar que não havia condições mínimas para o manter de portas abertas”.

A RTP relatou este acontecimento e a Cidade e o Concelho de Ovar foram (novamente) motivo de notícia pelas piores razões.

É uma VERGONHA! É uma HUMILHAÇÃO NACIONAL!

E tudo isto, por única e inteira responsabilidade do executivo socialista que lidera actualmente a Câmara Municipal de Ovar.

Na verdade, o PSD já alertou de diversas formas para a situação de



profundo desgaste e de degradação acentuada em que se encontra, actualmente, o Mercado Municipal de Ovar.

Os Vereadores do PSD fizeram um apelo a uma urgente e profunda intervenção de beneficiação e recuperação, no passado dia 15 de Março.

A Junta de Freguesia de Ovar já tinha alertado para esta situação que prejudica gravemente a Cidade de Ovar e tem vindo a reclamar esta obra à Câmara Municipal nos últimos dois anos.

Mas nada foi feito. Nada até que a ASAE veio cumprir a lei.

É profundamente lamentável que a situação tenha chegado onde chegou.

O laxismo e a irresponsabilidade do executivo socialista da CMO vão prejudicar

dezenas de comerciantes que se vêm, de um momento para o outro, privados de ganharem o seu sustento.

Por outro lado, milhares de pessoas que utilizavam semanalmente o Mercado de Ovar para adquirir os seus bens de primeira necessidade (peixe, carne e produtos frescos) não vão poder recorrer a este local para se abastecerem.

O PSD de Ovar condena veementemente a atitude laxista e irresponsável do executivo socialista e tudo fará para que esta situação seja corrigida rapidamente, assim como, para que todas as pessoas prejudicadas sejam ressarcidas dos inúmeros prejuízos que vão ter. – **CPS/PSD-Ovar**

Requerimento e pedido de reunião extraordinária da Câmara

Na sequência destes acontecimentos, os vereadores do PSD apresentaram, com carácter de urgência um «Requerimento para convocação de reunião extraordinária», nos termos que aqui deixamos em seguida:

Ao abrigo da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5- A/2002, de 11 de Janeiro, nomeadamente do disposto no artigo 63º, vimos por este meio requerer a V. Exa a convocação, dentro dos prazos legais estabelecidos, de uma reunião de Câmara extraordinária para analisar as consequências e encontrar soluções para o encerramento do Mercado Municipal de Ovar, por parte da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE).

Aproveitamos para solicitar uma cópia do relatório que levou a ASAE a tomar esta decisão alegadamente por “verificar que não havia condições mínimas para manter o Mercado Municipal de Ovar de portas abertas”.

Recordamos que o ponto 3 do artigo 63º do supra referido diploma legal estabelece o prazo máximo de oito dias para V. Exa convocar esta reunião, sob pena de os requerentes poderem efectuar a directamente, com a invocação dessa circunstância. – **Os Vereadores/PSD da Câmara Municipal de Ovar**

Apresentação pública do Plano Energético de Sintra (*)

Reduzir o consumo de energia convencional e aumentar o recurso às energias alternativas são os objectivos do Plano Energético de Sintra, cujas conclusões foram apresentadas publicamente no dia 25 de Outubro, no Auditório dos Serviços Municipalizados de Sintra.

Com este estudo a Câmara de Sintra obtém um completo conhecimento sobre os consumos energéticos no município, identifica os instrumentos necessários para definir uma política energética municipal integrada e define acções que conduzam Sintra na direcção de um Município Sustentável ao nível energético

O estudo, o primeiro a ser desenvolvido por uma autarquia portuguesa, foi elaborado pela Agência Municipal de Energia de Sintra em colaboração com a Faculdade de Engenharia da Universidade Católica, que realizou um levantamento das necessidades energéticas de Sintra - a nível doméstico, terciário e industrial - e avaliou as potencialidades do concelho em produzir energias alternativas (energias eólica e fotovoltaica).

A elaboração deste Plano Energético, que teve início no final do



ano de 2004, enquadra-se na concretização da Agenda 21 Local (que visa a implementação dos municípios sustentáveis no seio da Comunidade Europeia), e vai ao encontro de directivas europeias relativas à promoção de energias renováveis.

Neste Plano Energético são estabelecidos programas de acção e recomendações que visam o aumento da eficiência energética, tornando-se assim necessário criar um Observatório Energético que deverá acompanhar a

implementação das medidas e o seu impacto no consumo de energia.

(*) O Plano Energético de Sintra está disponível em www.cm-sintra.pt e em www.ames.pt .)

Exposição “Laboratório de Imagens”

As imagens que fazem parte do processo científico são o mote para uma exposição de fotografia patente no Centro Ciência Viva de Sintra, de 5 a 25 de Novembro 2007, referente de um

concurso nacional.

Os instrumentos científicos estão constantemente a produzir imagens de mundos que não conhecemos. Do infinitamente pequeno ao infinitamente grande, o processo de descoberta científica faz-se de imagens que na maior parte das vezes nunca chegam a sair dos laboratórios. Que imagens ficam na gaveta do físico, do biólogo, do geólogo ou do astrónomo?

“Laboratório de Imagens” é uma incursão da Associação Viver a Ciência no mundo das artes. Trata-se de uma exposição de fotografias científicas que resulta de um concurso a nível nacional organizado em 2005 pela associação.

As imagens vão desde minerais minúsculos a células coloridas, seres vivos fascinantes e fenómenos astronómicos. Em questão estará não só o carácter artístico das fotos, mas o conteúdo científico do próprio fenómeno natural que é explicado e contextualizado num texto que acompanha a imagem.

A apreciação do público não fica de fora, os visitantes da exposição estão convidados a votar na imagem que considerem mais marcante, a qual será posteriormente divulgada no site da Associação (www.viveraciencia.org). – **Gab. Imp. CM Sintra**

Notícias do Algarve

Orçamento de Estado para 2008 não tem verba para o prometido Hospital Central do Algarve

O PSD algarvio lamentou que a proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2008 não tenha qualquer verba destinada ao futuro Hospital Central do Algarve, obra anunciada pelo ministro da Saúde em Julho.

Depois de uma primeira análise do documento para o Orçamento de Estado (OE) de 2008, a Comissão Política Distrital do PSD/Algarve afirma que há “várias perplexidades” no documento, realçando a “ausência de qualquer verba para o futuro Hospital Central do Algarve” (HCA).

No comunicado, os sociais-democratas da região recordam que o ministro da Saúde, Correia de Campos, se deslocou ao Algarve para prometer, “uma vez mais, e com as

estratégias de propaganda habituais, o início do processo conducente à construção do HCA” e que, na altura, informou que o concurso público ia ser “lançado no início de 2008”.

“Será possível lançar um concurso público para 2008 visando a constituição de uma parceria público-privada para a construção do Hospital Central do Algarve, sem que seja inscrito no Orçamento de Estado (...) um cêntimo que seja para dar início a esses procedimentos?”, questiona o PSD/Algarve.

O PSD/Algarve diz, por outro lado, que no documento, onde são descritas as políticas sectoriais, não existe “nenhuma referência ao HCA”,



mas que, por seu turno, há referência a “60,1 milhões de euros destinados aos hospitais construídos em parceria público-privada” e que essa verba se distribui pelos hospitais de Cascais e Braga.

O PSD/Algarve estranha também a “transformação mágica do Hospital ‘Distrital’ de Faro em ‘Central’ “, e lamenta que as prometidas melhorias se tenham “esboroadado”.

“Dizia o ministro da Saúde na mesma data [Julho de 2007]: ‘manteremos o nível de investimento no Hospital de Faro, assegurando a sua preparação para o futuro upgrade’”, lê-se no comunicado.

Segundo a Comissão Política do PSD/Algarve, a única verba destinada aos hospitais algarvios são 500 mil euros para remodelação e apetrechamento dos serviços farmacêuticos da unidade hospitalar em Faro.

“Se o referido ‘upgrade’ se resume a 500 mil euros para remodelação e apetrechamento dos serviços farmacêuticos do HDF, único investimento previsto no Orçamento de Estado para realizar nos Hospitais da Região em 2008, então ter-se-á que concluir que a visita do Ministro da Saúde ao Algarve, em Julho passado, não se traduziu em realizações. Apenas se cumpriu a retórica”, comenta o PSD/Algarve.

Projecto de grande interesse Municipal e ambiental em Lagos

O Presidente da Distrital de Faro e Deputado do PSD, dirigiu ao Presidente da Assembleia da República o seguinte requerimento:

Ao abrigo das disposições constitucionais, legais e regimentais, venho requerer a V. Exa. se digne obter da Secretaria de Estado do Ordenamento do Território resposta às seguintes questões:

1- Qual o estado actual do Projecto de Interesse Municipal apoiado pela Assembleia Municipal de Lagos, que deu entrada nessa Secretaria de Estado no dia 3 de Julho de 2007, com o n.º 30.415, sendo requerente a sociedade Multi-Triagem e Valorização de Resíduos Lda, a implantar no Monte da Candeeira, freguesia de Bensafim, município de Lagos, e para quando se prevê a sua aprovação?

2- Tem essa Secretaria de Estado consciência da importância deste projecto para a resolução dos problemas do município de Lagos, em matéria de tratamento e valorização dos detritos provenientes da demolição e construção, bem como dos detritos verdes provenientes do golfe e da jardinagem, o que se traduzirá numa melhoria ambiental considerável?

3- Sabe essa Secretaria de Estado que o projecto em questão já teve pareceres prévios positivos da Comissão de Coordenação e



Desenvolvimento Regional do Algarve e da Direcção Regional de Agricultura do Algarve?

4- Considera essa Secretaria de Estado adequado que a tramitação burocrática deste tipo de projectos de tão elevado interesse, se deva compadecer com uma espera de longos meses, ou até anos, para merecerem a decisão final? – José Mendes Bota

Notícias do Porto

Junta Metropolitana contra centralização das verbas do QREN

A Junta Metropolitana do Porto (JMP), a que preside Rui Rio, mostrou o seu desagrado pela Resolução do Conselho de Ministros que define os modos de financiamento de projectos no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para o período 2007-2013, nomeadamente, a criação do objectivo “convergência” do Continente. Este ponto prejudicará no futuro, segundo a JMP, todas as regiões e a do Norte, em especial, em termos de importância dos investimentos.

“Constituem excepções à regra geral de elegibilidade territorial das despesas as relativas a operações cuja concretização tem lugar na NUTS II de Lisboa, mas cujos efeitos se difundem pelas restantes regiões do Continente e são considerados muito relevantes para o desenvolvimento das regiões objectivo “Convergência” do Continente”.

Em termos práticos, e segundo exemplo ontem dado pelo Presidente da Junta Metropolitana no final da reunião mensal daquele organismo, “um projecto da Universidade do Porto poderá ter relevo local e ser financiado pelo Plano Operacional do Norte (PO-Norte); um idêntico projecto, da Universidade de Lisboa, poderá ser classificado de inegável interesse nacional e pago também pelo PO-Norte. Ou seja, no primeiro caso, o projecto nunca será financiado somente por verbas da NUTS II de Lisboa, mas o contrário pode acontecer”.



Segundo Rui Rio, fica, desta forma, plasmada em lei a continuação, cada vez maior, da centralização de decisões na capital”. “Não estávamos a inventar nada quando, recentemente, chamamos a atenção da Associação Nacional de Municípios (ANMP) para este ponto específico. Ele só vem confirmar aquilo que, ao longo dos anos, foi acontecendo e que agora, porque está em lei, pode acontecer com a maior das facilidades”.

“Constata-se assim que, ao longo dos anos, a região Norte teve muito dinheiro na contabilidade mas que não foi dispendido na região”, acrescentou o Presidente da Junta Metropolitana.

Rui Rio não deixou de criticar a posição assumida pela ANMP e, em

especial, o seu presidente, Fernando Ruas, nomeadamente na forma como conduziu o processo de escolha dos representantes dos municípios do Norte (um executivo e um não-executivo) na Comissão Executiva do PO-Norte. “A ANMP tratou este ponto de forma leviana”, disse.

Agora, resta aos representantes do Norte naquele órgão “votar contra cada um dos projectos que se apresentem segundo consta na resolução do Conselho de Ministros”. Por isso, “era importante que o presidente da ANMP tivesse gerido este processo de outra forma e não ‘em capela’”, sublinhou Rui Rio. Acrescentando: “Há que ter muito cuidado e parcimónia na utilização



desta excepção para utilização de verbas do QREN”.

Proposta de lei sobre as regiões de turismo

A Junta está de acordo com as alterações ao actual modelo das regiões de turismo. A proposta do Governo, ainda em debate, prevê a passagem das actuais 19 para cinco regiões de turismo, mais as duas correspondentes aos arquipélagos, a saber: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Madeira e Açores.

“Tememos que dos cinco destinos turísticos propostos para o Continente haja um que fique com a sua capacidade de promoção mais reduzida, justamente o Porto. É que esta região tem uma força e especificidade próprias, podendo ser difícil a sua gestão global”, afirmou Rui Rio, acrescentando: “Tentaremos encontrar uma solução para que o destino Porto tenha uma autonomia de decisão tão forte quanto os outros destinos propostos no projecto do Governo”.

A fim de sensibilizar o Governo para esta realidade, a JMP vai enviar uma carta ao secretário de Estado do Turismo, Bernardo Trindade, solicitando uma reunião para debater a questão.

Situação da empresa PRIMUS

A Junta Metropolitana decidiu que a AMP vai comprar as quotas às autarquias fundadoras da empresa Primus, à excepção de 100 acções, enquanto as novas câmaras, decorrentes do alargamento da AMP, comprarão também 100 acções.

Destá forma, todas as autarquias terão apenas 100 acções, ficando

concentrada na JMP a maioria das acções da Primus, agência de desenvolvimento regional da AMP, que conta com a participação de privados e que elabora estudos e candidaturas aos fundos comunitários.

Futuro da Casa da Arquitectura

A JMP aceita aderir à Associação da Casa da Arquitectura se ela tiver uma dimensão metropolitana. Para já, aquele organismo faz parte da Associação pró-Casa de Arquitectura. “Se o projecto tiver escala metropolitana estaremos na fundação da associação, caso contrário não estaremos”, afirmou Rui Rio.

RTP Norte

Depois da cerimónia de inauguração dos novos estúdios da RTP Norte, no passado dia 20, no Monte da Virgem, em Vila Nova de Gaia, a Junta concluiu que “alguma da contestação que se gerou na região sobre o futuro daquele organismo foi suficiente para que o plano entretanto apresentado pelo Conselho de Administração da RTP seja considerado algo de equilibrado e sensato”. “Não esvazia a RTP Norte da forma como todos chegamos a temer”, adiantou o presidente da JMP.

Ainda assim, a Junta irá acompanhar a evolução da RTP Norte. Rui Rio deixou ontem a promessa de que, “se, daqui a alguns meses, se verificar que houve uma inversão por parte do Conselho de Administração da RTP e os estúdios do Norte começarem a perder peso, será solicitada uma reunião para esclarecimento cabal da situação”.

Dois novos equipamentos de apoio aos jovens

A Fundação da Juventude inaugurou, no sábado passado, o “Centro de Aquisição de Competências – Vasco Faria” e a “Comunidade de inserção – Eng. Paulo Vallada”, valências que funcionarão nas instalações contíguas à sede da Fundação, na Rua das Flores, 69.

A cerimónia contou com a presença de diversas personalidades, entre as quais o Presidente da CMP,

possuem níveis de escolaridade reduzida até aos licenciados. O Segundo vai prestar assistência à maternidade precoce, em regime de internato ou de ambulatório (de acordo com as especificidades de cada situação), apoiando as jovens mães no período pré e pós parto. Neste espaço, as jovens aprenderão a ser mães e receberão formação cívica e profissional, que lhes permitirá traçar um novo rumo de vida.

No curto improviso proferido, Rui Rio relevou a importância da criação das novas valências, que – sublinhou - «se encaixam perfeitamente no âmbito de duas das maiores prioridades do Executivo autárquico, como sejam a coesão social e a reabilitação da Baixa».

Ainda no âmbito da política social, realçou o trabalho que a autarquia tem vindo a desenvolver na recuperação e manutenção dos bairros municipais, nos quais habita 18% da população do Porto, e anunciou a elaboração de uma carta endereçada ao Ministro da Saúde por 18 personalidades portuenses de renome, no sentido de recuperar o “Porto Feliz” – um programa municipal de combate à toxicod dependência e à exclusão extrema – cuja extinção lamentou.

Funcionários da «Águas do Porto» ameaçados de sequestro, recebidos na Câmara

O Presidente da CMP recebeu hoje os dois funcionários da empresa municipal Águas do Porto (AdP), que esta manhã foram alvo de ameaças físicas e de sequestro por um morador, quando procediam ao corte do



precedeu o lançamento do TRIP - Festival Internacional de Rua, uma iniciativa que surge associada às comemorações dos 18 anos da Fundação da Juventude.

Os dois equipamentos agora inaugurados constituem projectos âncora da Fundação da Juventude. O primeiro oferece complemento formativo e encaminhamento profissional aos jovens, desde os que

abastecimento de água por falta de pagamento.

A atitude simbolizou – segundo Rui Rio – o apoio e a confiança que é justo demonstrar a quem tentou cumprir o seu dever profissional, mesmo arriscando a integridade física.

Segundo informações apuradas pelos serviços da AdP, a família em causa, que vive num edifício camarário junto ao Bairro do Viso, para onde foi



realojada após a demolição das torres de S. João de Deus, tem uma dívida acumulada desde 1996, superior a quatro mil euros.

Na sequência do incidente, que só não teve consequências mais graves porque os funcionários em causa conseguiram fugir, foram executados, já sob protecção da Polícia Municipal, seis cortes de água naquela zona, por idênticas razões, ou seja, por dívidas de facturação.

No final da reunião, Rui Rio anunciou que a autarquia vai abrir um inquérito, no sentido de apurar se, do ponto de vista legal, a situação poderá, ou não, configurar uma acção de despejo.

Por seu lado, Poças Martins, na qualidade de Presidente da Comissão de Estruturação daquela empresa municipal, revelou que, neste momento, o volume global de dívidas se cifra na ordem dos 15 milhões de euros, uma situação que a Águas do Porto tem vindo a combater e que constitui uma das grandes prioridades programáticas da sua actual gestão.

«É intolerável que funcionários sejam impedidos de exercer a sua actividade sob ameaça física», corroborou aquele responsável, que considerou ter sido «extremamente importante» para os dois trabalhadores terem sentido o apoio da instituição, através do seu mais alto representante.

A reunião contou, igualmente, com a presença do Vice-Presidente da CMP, Álvaro Castello-Branco, e dos Vereadores da Habitação e Acção Social e das Actividades Económicas e Protecção Civil, Matilde Alves e Manuel Sampaio Pimentel, respectivamente.

Participantes na conferência internacional da Lipor recebidos na Câmara

O Vice-Presidente e Vereador do Pelouro do Ambiente da Câmara Municipal do Porto, Álvaro Castello-Branco, recebeu nos Paços do Concelho, os participantes na conferência “25 Anos, 27 Países, 27 Casos – A Gestão de Resíduos Urbanos na Europa”, promovida pela

Lipor, no âmbito da comemoração do seu 25º aniversário.

O encontro, que reuniu no Porto representantes de cidades dos Estados-membros da União Europeia, abordará a temática da reciclagem de resíduos, da valorização energética, da prevenção e da valorização orgânica, contando para o efeito com a presença dos principais decisores, líderes de opinião e especialistas na área do ambiente.

“A gestão dos resíduos urbanos assume, no contexto das questões ambientais, uma enorme importância, até porque é um problema com que se debatem, actualmente, todas as cidades”, declarou Álvaro Castello-Branco, salientando os três principais objectivos da CMP sobre esta matéria: prestar um serviço de qualidade aos municípios, tratar os resíduos de forma mais amiga do ambiente e alertar a população para a necessidade de poupar recursos e favorecer práticas de reciclagem de resíduos.

Na recepção, estiveram presentes, entre outras personalidades, o Presidente do Conselho de Administração da Lipor, Macedo Vieira, e Jean-Pierre Manequart, Presidente da Associação das Cidades e Regiões para a Reciclagem, instituição parceira da Lipor na organização desta conferência.

Faculdade de Economia vai elaborar estudo sobre a realidade económica do Porto e Área Metropolitana

A Câmara Municipal e a Faculdade de Economia do Porto (FEP) assinaram hoje um protocolo para a realização de um estudo sobre a evolução da base económica do Porto e respectiva Área Metropolitana, desde 1991 até à actualidade.

O documento, assinado pelo Vereador do Pelouro das Actividades Económicas, Manuel Sampaio Pimentel, e pelo Director da FEP, José da Silva Costa, é o corolário da necessidade de preencher algumas lacunas de diagnóstico e informação sistematizada sobre a desempenho económico do Porto e da sua Área Metropolitana, fundamental para o

desenvolvimento de políticas e medidas de intervenção.

“Este estudo servirá para ficarmos a conhecer, do ponto de vista científico e técnico, a evolução da economia da cidade do Porto e da respectiva Área Metropolitana”, afirmou Rui Rio, que presidiu à cerimónia realizada nos Paços do Concelho.

Especificando um pouco, o autarca destacou o impacto que a iniciativa irá ter na aferição do “caminho até agora percorrido e o que há que percorrer, no sentido de melhorar o desemprego, que é elevado, o crescimento económico, que ainda é ténue, e ver quais as especializações que se nos deparam em termos de economia urbana”.

Neste processo, uma pequena parcela competirá às entidades públicas, - Câmara e Governo - estando a maior fatia situada na esfera dos privados. “O importante é conhecer técnica e cientificamente uma determinada realidade, para não andarmos a afirmar coisas que não têm qualquer adesão à realidade, e que, por força de serem ditas e repetidas, passam a ser politicamente correctas”, observou.

Como exemplo de algumas dessas distorções, afirmou que a vida de uma cidade não pode ser medida ou avaliada apenas pelo número de pessoas que nela pernoitam – mas sim pela sua actividade diurna - nem pelo aglomerado de prédios que alberga.



“Temos de ver, na perspectiva social, económica e cultural, tudo aquilo que é a vida de uma cidade e o Porto ainda é, hoje, o grande empregador e formador da Área Metropolitana e do Norte do país, cuja evolução queremos aferir”, declarou.

O período sobre o qual o estudo irá incidir (desde 1991 até ao presente) é bastante rico em termos das transformações ocorridas, seja a nível da economia mundial, seja à escala nacional, como destacou José Manuel Varejão, o coordenador técnico da equipa responsável pela elaboração do estudo, ao longo dos próximos nove meses.

Evoluções tecnológicas, intensificação do processo de globalização, alterações demográficas e o papel do Estado na Economia

foram alguns dos exemplos de alterações apontados por aquele catedrático, que irá trabalhar com os seus colegas Anabela Martins, Luís Delfim Santos e Pilar Gonzalez.

Uma das componentes do estudo corresponderá à concepção e desenvolvimento de um painel de indicadores que, integrando a informação mais relevante e rigorosa, disponível nas diferentes fontes oficiais, permitirá à CMP monitorizar as principais tendências registadas ao nível do mercado de trabalho e das dinâmicas de transformação do tecido empresarial.

Portugueses no pódio da 4ª Maratona do Porto

O queniano Kipchom Edwin Kimitai foi o vencedor da 4ª edição EDP Maratona do Porto, seguido do compatriota Thomas Kipkosgei e de António Salvador, o melhor português. No sector feminino destaca para o triunfo de Marisa Barros, que fez estreia neste tipo de corrida, conseguindo mínimos para os Jogos Olímpicos de Pequim, a realizar em 2008.

No total estiveram nas ruas do Porto mais de 8.500 participantes, divididos entre a maratona, a meia, a mini e a caminhada. Ao longo do traçado receberam aplausos de milhares de pessoas, que aproveitaram

a manhã de sol para um passeio diferente.

Em representação da Câmara Municipal do Porto esteve o vereador da Educação, Juventude e Inovação, Vladimiro Feliz, que subiu ao pódio para distribuir alguns prémios aos vencedores. A meia maratona teve como vencedor, no sector masculino, Pedro Ribeiro, do FC Porto, e no sector feminino Fernanda Ribeiro, em representação de uma formação espanhola, mais propriamente da zona de Valência.

No final da maratona foi entregue à Casa do Regaço (Terroso, Póvoa de Varzim) um cheque no valor de cinco mil euros, correspondente a uma parte do valor das inscrições para ajuda à instituição de solidariedade social. – CM Porto

Foram entregues ao Conselho de Jurisdição Regional as candidaturas à liderança do PSD

Carlos Costa Neves, presidente do PSD/Açores, e Américo Natalino Viveiros, antigo secretário nos governos regionais social-democratas, são os únicos candidatos à liderança do partido nas ilhas nas eleições directas de 09 de Novembro.

O prazo para a entrega das candidaturas ao Conselho de Jurisdição Regional terminou no dia 25, 15 dias antes das primeiras “directas” para eleger o presidente da Comissão Política Regional dos social-democratas açorianos.

Nestas eleições podem votar todos os militantes que constem do Ficheiro Regional do PSD/Açores, desde que inscritos no partido até 90 dias antes das “directas”, cuja logística será assegurada por uma comissão composta pelo secretário-geral e por um representante de cada candidatura.

Carlos Costa Neves e Américo Natalino Viveiros disputam, pela segunda vez, a liderança do PSD/Açores, a primeira das quais ocorreu no XVI Congresso Regional de Ponta Delgada, no final de 2005.

Na altura, a moção de estratégia do actual líder do PSD/Açores foi aprovada com 54,8 por cento dos 281 votos, enquanto a moção de Américo Natalino Viveiros, obteve 99 votos, correspondentes a 35,23 por cento.

Cerca de dois anos depois, os dois social-democratas voltam a disputar a presidência do maior partido da oposição nos Açores, mas já a pensar nas eleições de Outubro de 2008 para o Parlamento açoriano.

Na apresentação da sua

recandidatura, Costa Neves assumiu-se como candidato à presidência do Governo açoriano no próximo ano, enquanto que o seu opositor propôs-se a “ganhar agora o PSD e os seus militantes para, depois, ganhar a região”.

“Mais do que ser líder da oposição, quero ser a alternativa do Governo socialista, o que quer dizer que sou, sobretudo, candidato a presidente do Governo”, afirmou Costa Neves, na apresentação da recandidatura.

Poucas horas antes, Américo Natalino Viveiros alegou que pretende dar um “novo rumo ao partido”, argumentando que este “sentimento deriva do partido não estar melhor do que estava há dois anos atrás”.

Para concorrer às eleições directas, as duas candidaturas tiveram de recolher, no mínimo, meio milhar de assinaturas de militantes cada.

No início deste mês, o Conselho de Jurisdição do PSD/Açores decidiu que todos os militantes inscritos no ficheiro regional do partido podem votar, independentemente de terem ou não as suas quotas em dia.

Até segunda-feira, decorre o período de confirmação e reclamação do Caderno Eleitoral Provisório, que servirá para todos os militantes confirmarem se o seu nome consta do caderno.

As eleições directas do PSD/Açores vão servir, ainda, para o partido eleger os delegados ao Congresso Regional, que vai decorrer na ilha de São Miguel, entre 30 de Novembro e 02 de Dezembro.



Nas Flores, unidade de saúde móvel fora de funcionamento

O PSD/Açores denunciou que a unidade de saúde móvel adquirida no ano passado pelo governo regional para prestar serviço na ilha das Flores “deixou de funcionar”, estando “estacionada há meses”.

Em requerimento enviado à Assembleia Legislativa dos Açores, o deputado social-democrata António Maria Gonçalves salientou que aquele equipamento, apresentado com “pompa e circunstância” em Julho de 2006 e que custou 47 mil euros, está parado “há meses”, como que a “atestar o estado de letargia da saúde nas Flores”.

O parlamentar do PSD/Açores pretende que o executivo esclareça se tem ou não “um plano de trabalho que rentabilize a unidade de saúde móvel”, de forma a que se saiba “que destino irá ser dado a esse investimento, que trouxe às Flores expectativas que nunca se realizaram”.

No requerimento, António Maria Gonçalves pediu, igualmente, esclarecimentos ao governo regional sobre outras situações relativas à prestação de cuidados de saúde na ilha e que demonstram, garantiu, que os cidadãos das Flores “estão ao abandono” nesta área.

O deputado social-democrata recordou que a “tão propagandeada tele-medicina funcionou somente como experiência”, dado que o sistema de vídeo-conferência, com ligação

directa com o hospital de Vila Nova de Gaia, “nunca funcionou com eficácia”.

“Hoje, os exames efectuados pelos médicos do centro de saúde das Flores são remetidos, via fax, para o hospital de Vila Nova de Gaia, com a fiabilidade e a qualidade de impressão que as transmissões por esta via permitem”, afirmou.

O parlamentar do PSD/Açores chamou também a atenção para o facto das consultas de especialidade nas Flores, como de cardiologia, pneumologia, fisioterapia e oftalmologia, “deixarem, drasticamente, de ser realizadas, sem explicação”.

“As listas de espera para estas consultas de especialidade chegam aos dois anos”, sublinhou.

António Maria Gonçalves acrescentou que “algo que não bate certo na forma de escalar médicos” no serviço de urgência do centro de saúde das Flores, visto que os utentes “se deparam, quase sempre, com o mesmo médico em serviço e muito raramente têm a possibilidade de serem atendidos pelos seus médicos de família”.

Açores devem beneficiar de quota leiteira não utilizada no continente

O PSD/Açores defendeu hoje um aumento da quota leiteira da Região através da “solidariedade nacional”, dado que a produção de leite no continente deve sofrer, na campanha actual, uma quebra de 140 milhões de





litros. Em requerimento enviado à Assembleia Legislativa dos Açores, o deputado social-democrata António Ventura salientou que na campanha 2006/2007 a produção de leite no continente “sofreu uma redução na ordem dos 70 milhões de litros”, prevendo-se na campanha actual “uma quebra de 140 milhões de litros”, segundo estimativas da Federação Nacional das Cooperativas de Leite e Lacticínios.

“O acréscimo de quota leiteira aos Açores por via da solidariedade nacional deve reconhecer a eficácia dos produtores de leite regionais e, principalmente, criar capacidade produtiva na Região, tendo por base a abolição do sistema de quotas em 2015 e eventuais modificações do regime de quotas já em 2008”, considerou.

Para o parlamentar do PSD/Açores, os produtores de leite açorianos “já demonstraram a sua eficácia neste subsector da agricultura, comparativamente aos do continente” e o aumento da quota regional “permite potenciar a competitividade e a sustentabilidade deste subsector”.

António Ventura pretende, assim, saber junto do governo regional se os Açores vão ser “beneficiados com transferências de quota leiteira vindas do continente”, atendendo ao “decréscimo da produção de leite no continente e ao dinamismo dos produtores de leite na Região”.

PSD/Angra alerta para carências da Serreta

O PSD de Angra do Heroísmo tornou públicas, e de forma directa à população, as suas preocupações relativamente à freguesia da Serreta. Foi através da distribuição, esta tarde e porta a porta, de um panfleto contendo as questões mais actuais e importantes daquele local, que a concelha presidida por Carla Bretão entendeu “chegar próximo dos serretenses e afirmar as suas posições”.

Os sociais-democratas alertam para a perda de população, que aumenta “ano após ano, sem que se conheçam medidas da Câmara Municipal ou do

Governo Regional para inverter a situação”, e alegam que o previsto fecho da escola local “por questões de poupança e numa altura em que se esbanja o dinheiro dos angrenses em festas e arraiais” é “matar mais um bocadinho da freguesia”, o que parece não incomodar um Governo “cada vez mais esquecido das pessoas e das pequenas comunidades”.

Relativamente ao fecho daquele estabelecimento de ensino, o PSD concorda que a escolha dos pais da freguesia foi feita “por quererem o melhor para os seus filhos” e, “se lhes é oferecida uma escola com melhores condições, a escolha parece acertada”. Os social-democratas só não compreendem as razões “pelas quais não se dota a Serreta de melhores condições” ou “não se tentam implementar medidas para levar as pessoas a morar na freguesia”.

Aludindo ainda às faltas e carências da freguesia, o PSD refere que a estrada regional que a atravessa é “boa”, mas apenas para perguntar “Foi só o que conseguiram fazer?”. No ar a concelha laranja deixa a questão, para ser respondida pela população da Serreta:



“Já pensaram bem o que é que o Governo Regional e a Câmara de Angra têm feito pela freguesia?”.

A Serreta pertence ao concelho de Angra do Heroísmo, tem 14,37km² de área

PSD quer explicações sobre concurso anulado

O PSD/Açores pediu explicações ao governo regional sobre a anulação do concurso público para a elaboração do projecto de construção do bloco C do Hospital da Horta, uma obra que foi anunciada pela primeira vez em 2001.

Em requerimento enviado à Assembleia Legislativa dos Açores, os deputados social-democratas Costa Pereira e Alberto Pereira referiram que o aviso relativo à anulação da obra, recentemente publicado em Jornal Oficial, “não contém nenhuma fundamentação concreta do acto de anulação”.

“Considerando, embora, que naquele Jornal Oficial é aberto um novo concurso com o mesmo objecto, a verdade é que os atrasos daí resultantes parecem ser inevitáveis”, salientaram os parlamentares do PSD/Açores eleitos pela ilha do Faial.

Para os deputados social-democratas, “as vicissitudes que subsistem nesta importante obra demoram há demasiado tempo”.

“Já no Plano para 2001 se garantia que estava ‘em fase de adjudicação o reforço da estrutura do bloco C’, no Plano para 2003 que estava em curso ‘a continuação das obras de remodelação e beneficiação do Hospital, nomeadamente as do bloco C’ e no Plano para 2004 se garantia a ‘conclusão do reforço do Bloco C do Hospital da Horta’”, recordaram.

Costa Pereira e Alberto Pereira pretendem, por isso, que o governo regional explique “com profundidade as razões de mais este percalço e as suas consequências”, tendo em conta o “já



longo e lento processo” relativo à obra do Bloco C do Hospital de Horta.

Degradação na muralha da Marina de Angra é “irresponsabilidade pública”

Os deputados do PSD eleitos pela ilha Terceira manifestaram hoje a sua estupefacção pelas recentes declarações de um responsável público “nomeado pelo Governo Regional, a respeito do avançado estado de degradação em que se encontra a muralha do cais da Alfândega, em Angra do Heroísmo”.

Segundo um requerimento, que os parlamentares de imediato endereçaram ao parlamento açoriano, “reconhecer-se que tal situação poderá colocar em risco os transeuntes na zona da Marina, e nada fazer para evitá-la, é um claro sinal de irresponsabilidade pública”.

Para Clélio Meneses, Carla Bretão e António Ventura afirmar que há, de facto, “a possibilidade de cair algum pedaço de cimento da muralha, atingindo alguém que passe por ali na altura é, no mínimo, chocante e revelador da leviandade com que se exercem funções públicas”. E tudo isto, referem, quando o dito responsável assegura existirem já “vários relatórios internos alertando para a situação”. Segundo os parlamentares “não basta fazer-se a permanente política da propaganda, das primeiras-pedras, da festança e do foguetório, deixando por fazer aquilo que realmente é importante”.

Perante a dimensão da situação em causa os social-democratas desejam que os responsáveis políticos não estejam “à espera de acontecer algum acidente para finalmente intervirem”, e assim indagam o Governo sobre as razões pela quais não foi ainda “interditada a circulação no espaço em causa, isto atendendo à gravidade da situação descrita por um responsável público nomeado pelo Governo”, querendo ainda saber “quando o Governo Regional pensa estar em condições de intervir na referida zona”. Os Deputados subscritores do requerimento solicitam igualmente cópias dos relatórios e estudos relativos à situação. – Fontes: ALRA, Gab. Imp. PSD/Açores



DISTRITAL DE LEIRIA

Ao abrigo do artigo 67.º dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, publicado em suplemento no "Povo Livre", convocam-se todos os militantes do Distrito de Leiria dotados de capacidade eleitoral activa para, conforme a respectiva secção de inscrição em que militem, reunirem nas secções de Alcobaca, Alvaiázere, Ansião, Batalha, Bombarral, Caldas da Rainha, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Óbidos, Pedrógão Grande, Peniche, Pombal e Porto de Mós, no dia 30 de Novembro de 2007 (sexta-feira), pelas 18h00, com a seguinte

Ponto único:

Eleição da Mesa da Assembleia Distrital

Eleição da Comissão Política Permanente Distrital

Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital

Eleição dos Delegados de Secção à Assembleia Distrital.

Notas:

1) As urnas estão abertas, em cada Secção, das 18h00 às 23h00 do dia 30 de Novembro de 2007, sem embargo da prorrogação excepcional prevista no n.º 5 do artigo 9.º do Regulamento Eleitoral.

2) As listas de candidatura para os Órgãos Distritais a eleger directamente deverão ser entregues ao Presidente da Mesa Distrital, ou a quem o substitua, na sede distrital, até às 24h00 do dia 27 de Novembro de 2007, encontrando-se a Sede Distrital, sita na Rua Dr. José Jardim, n.º 32 - Leiria, aberta para o efeito naquele dia, das 22h00 às 24h00.

3) As listas candidatas dos delegados de secção deverão ser entregues aos Presidentes das Mesas das Assembleias de Secção correspondentes, ou a quem os substitua, nos mesmos prazos referidos na nota anterior, devendo estar abertas, nos mesmos termos e para os mesmos efeitos as respectivas sedes ou nos locais indicados na nota seguinte.

4) Os militantes deverão exercer o seu direito de voto conforme a secção a que militem, nos locais abaixo indicados:

Alcobaca

Local de votação: Rua Eng.º Joaquim Vieira da Natividade, loja Frente CM, Bloco D

Local de entrega de listas: Rua Eng.º Joaquim Vieira da Natividade, loja Fte CM, Bloco D

Alvaiázere

Local de votação: Sede do PSD - Rua D. João I

Local de entrega de listas: Sede do PSD - Rua D. João I

Ansião

Local de votação: Sede do PSD - Av. Dr. Vítor Faveiro

Local de entrega de listas: Sede do PSD - Av. Dr. Vítor Faveiro

Batalha

Local de votação: Sede do PSD - Rua Dona Filipa de Lencastre

Local de entrega de listas: Sede do PSD - Rua Dona Filipa de Lencastre

Bombarral

Local de votação: Auditório Municipal - Largo do Município

Local de entrega de listas: Rua Gil Eanes, n.º 27 - Cintrão - 2540- 227 Bombarral

Caldas da Rainha

Local de votação: Sede do PSD - Praça 5 de Outubro, n.º 18 - R/c Dto.

Local de entrega de listas: Sede do PSD - Praça 5 de Outubro, n.º 18 - R/c Dto.

Castanheira de Pêra

Local de votação: Sede do PSD - Largo Manuel Dinis Henriques

Local de entrega de listas: Sede do PSD - Largo Manuel Dinis Henriques

Figueiró dos Vinhos

Local de votação: Sede do PSD - Rua Dr. Manuel Simões Barreiros, 8

Local de entrega de listas: Sede do PSD - Rua Dr. Manuel Simões Barreiros, 8

Leiria

Local de votação: Sede do PSD - Rua Dr. José Jardim, n.º 32

Local de entrega de listas: Sede do PSD - Rua Dr. José Jardim, n.º 32

Marinha Grande

Local de votação: Sede do PSD - Av. 1.º de Maio, n.º 72

Local de entrega de listas: Sede do PSD - Av. 1.º de Maio, n.º 72

Nazaré

Local de votação: Sede do PSD - Rua da Sub Vila - Edifício Gameiro

Local de entrega de listas: Sede do PSD - Rua da Sub Vila - Edifício Gameiro

Óbidos

Local de votação: Sede da Junta de Freguesia da Amoreiras, sita na Praça Azeredo Perdigão, n.º 5, Amoreira (Óbidos)

Local de entrega de listas: Rua das Poças, s/n, Arelho 2510-191 Óbidos

Pedrógão Grande

Local de votação: Sede do PSD - Rua Rica, n.º 1

Local de entrega de listas: Sede do PSD - Rua Rica, n.º 1

Peniche

Local de votação: Sede do PSD - Rua Alexandre Herculano, n.º 68, 1.º

Local de entrega de listas: Sede do PSD - Rua Alexandre Herculano, n.º 68, 1.º

Pombal

Local de votação: Rua Dr Luís Torres, Lote 4 - 2º

Local de entrega de listas: Rua Dr Luís Torres, Lote 4 - 2º

DISTRITAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais do PSD, convocam-se todos os militantes dotados de capacidade eleitoral activa para os Órgãos Distritais para, conforme a respectiva Secção de inscrição em que militem, reunirem em Assembleia, no dia 1 de Dezembro de 2007 (Sábado), pelas 18:00 horas, em todas as Sedes das Secções do Distrito do Porto, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos Distritais do Porto do PSD

a) Mesa da Assembleia Distrital;

b) Comissão Política Permanente Distrital;

c) Conselho de Jurisdição Distrital;

d) Delegados de Secção à Assembleia Distrital;

Nota: A eleição decorrerá, em todas as Sedes* das Secções do PSD do Distrito do Porto, entre as 18:00 horas e as 23:00 horas.

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital (Marco António Costa)

Moradas das Sedes das Secções do PSD do distrito do Porto

Amarante

Ed. do Salto - Sta. Luzia
Amarante

Baião

Rua de Camões
Baião

Felgueiras

Rua Luis de Camões
Felgueiras

Gondomar

Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, 31
Gondomar

Lousada

Travessa S. Sebastião, 121
Lousada

Maia

Rua Eng.º Duarte Pacheco, 987
Maia

Marco de Canaveses

Largo Sacadura Cabral
Marco de Canaveses

Matosinhos

Rua Mousinho de Albuquerque, 98
Matosinhos

Paços de Ferreira

Avenida dos Templários, 309 Dto.
Paços de Ferreira

Paredes

Rua 1.º Dezembro
Paredes

Penafiel

Rua "O Penafidelense", 9 - 1.º Dto.
Penafiel

Porto

Rua Guerra Junqueiro, 64
Porto

Póvoa de Varzim

Praça do Almada, 7 - Esc.1
Póvoa de Varzim

Santo Tirso

Rua Dr. Carneiro Pacheco, 33 - 1.º Lj.5

Trofa

Parque Industrial Ibacoc -
Lantemil
Trofa

Valongo

Avenida Rodrigues de Freitas, 880
Ermesinde

Vila do Conde

Praça da República, 7
Vila do Conde

Vila Nova de Gaia

Rua Dr. Francisco Sá Carneiro,
1323
Vila Nova de Gaia

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o plenário de militantes da secção de Matosinhos, a reunir em sessão ordinária, na sede do PSD, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 98, desta freguesia, no dia 1 de Dezembro, das 18h00 às 23h00, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: nas listas deverão ser entregues na sede do PSD de Matosinhos, sita à Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 98, em Matosinhos, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 18h00 às 23h00.

MIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convocam-se os militantes da secção de Mira para reunirem em Assembleia de secção, no dia 1 de Novembro de 2007, pelas 21h30, na Casa do Povo de Mira,



com a seguinte Ordem de trabalhos:

1. Ratificação das contas da Secção relativas a 2006;
2. Informações;
3. Análise e discussão da situação política nacional;
4. Análise e discussão da situação política local;

NÚCLEO DE ALFENA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, o Núcleo Residencial do PSD de Alfena convoca os seus militantes, a reunir em Assembleia Ordinária, no próximo dia 16 de Novembro pelas 21h00 no Centro Cultural de Alfena, sito à Rua São Vicente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1.º - Informações
- 2.º - Análise da situação política local e nacional

NÚCLEO DE CANELAS

Ao abrigo das disposições estatutárias e regulamentares, convoca-se os militantes do Núcleo de Canelas, Vila Nova de Gaia, do PSD, a reunirem em Assembleia de Núcleo, no dia 19 de Novembro de 2007, pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323 – Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
Ponto único: Análise da situação política

PALMELA

Nos termos estatutários, convoca-se a Assembleia de Secção para reunir na sede concelhia, Rua Hermenegildo Capelo, n.º 141, em Palmela, no próximo dia 20 de Novembro de 2007, pelas 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
1. Informações;
2. Análise da situação político-partidária.

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção de Paredes do PSD, para uma Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 1 de Dezembro de 2007, na Sede Concelhia, sita na Rua 1.º de Dezembro, entre as 16h00 e as 18h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
1. Análise da situação político-partidária, Demissão da Comissão Política de Secção e Órgãos Distritais;

PAREDES

Venho por este meio anular o acto eleitoral da Secção de Paredes, marcado para o dia 10 de Novembro de 2007, em virtude de estarem marcadas para o dia 1 de Dezembro, eleições para os Órgãos Distritais do PSD Porto. Aproveitando assim a mobilização dos militantes para nesse

dia serem efectuadas conjuntamente as eleições para a Comissão Política Concelhia. Segue-se a respectiva convocatória:

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção de Paredes do PSD, para uma Assembleia de Secção, a realizar, no próximo dia 1 de Dezembro de 2007, na Sede Concelhia, sita na Rua 1.º de Dezembro de 2007, entre as 18h00 e as 23h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
1. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede de Secção.

SANTO TIRSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Secção de Santo Tirso, para reunir no próximo dia 01 de Dezembro de 2007, das 18h00 às 23h00, na sede, sita na Rua Dr.º Carneiro Pacheco, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As candidaturas terão de ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem o substituir estatutariamente, até às 24h00 do dia 28 de Novembro de 2007 (para esse efeito a sede estará aberta nesse dia das 21h30 às 24h00.

As urnas estarão abertas das 18h00 às 23h00.

SOURE

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes da Secção de Soure do PSD, para uma Assembleia Geral de Secção, para o dia 30 de Novembro de 2007, sábado, pelas 18h00, na sede concelhia do PSD, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: A assembleia eleitoral decorrerá das 19h00 até às 22h00, na sede concelhia.

As listas de candidatos deverão ser entregues na sede até às 24h00 do dia 27 de Novembro.

TORRE DE MONCORVO (CPD BRAGANÇA)

Ao abrigo do disposto no n.º3 do artigo 71.º dos Estatutos Nacionais, convoca-se as eleições para os órgãos da Secção de Torre de Moncorvo, para o dia 15 de Dezembro de 2007, entre as 16h00 e as 18h00, na sede concelhia do PSD.

Decorrente do Estatutos, este processo eleitoral será presidido pelo Presidente da Comissão Política

Distrital.

As listas candidatas aos órgãos concelhios (Mesa da Assembleia e Comissão Política de Secção) têm de ser entregues, em termos regulamentares e estatutários, na sede distrital do PSD, em Bragança, até às 24h00 do dia 12 de Dezembro de 2007.

TROFA

Ao abrigo dos Estatutos e Regulamentos do Partido Social Democrata, convocam-se os militantes da Assembleia da Secção da Trofa, para reunirem no próximo dia 1 de Dezembro de 2007 (sábado), pelas 18h00, na sede da secção, sita no Parque Industrial Ibacoc – Lantemil – Trofa, com a seguinte

Ordem de trabalhos
Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia da Secção da Trofa

Nota:
O acto eleitoral decorrerá entre as 18h00 e as 23h00;

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede da secção, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o representar;

VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Valongo, para reunir no próximo dia 9 de Novembro 2007 (sexta-feira), pelas 21:30h, na sede concelhia, sita na Rua Rodrigues de Freitas, Ermesinde com a seguinte

Ordem de Trabalhos
1. Informações e Análise da Situação Política

VILA DO CONDE

Ao abrigo do artigo 51, alínea c) dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção de Vila do Conde, para uma reunião da Assembleia de Secção, a realizar no dia 1 de Dezembro de 2007, entre as 18h00 e as 23h00, na sua sede, sita na Praça da República, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 18h00 às 23h00.

VILA NOVA DE CERVEIRA (CPD VIANA DO CASTELO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Cerveira, para reunir no próximo 7 de Dezembro de 2007, pelas 20h00 na sede Concelhia, sita na Rua Queirós Ribeiro, Vila Nova de Cerveira, com a seguinte

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Nota:

As urnas estarão abertas das 20h00 às 22h00.

As listas terão que ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no endereço acima referido.

UISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Viseu, para uma reunião ordinária, a realizar no Solar dos Peixotos (Ed. Assembleia Municipal), no dia 19 de Novembro de 2007 (segunda-feira), pelas 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.



NÚCLEO RESIDENCIAL DE CARREGOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Secção Concelhia da JSD de Oliveira de Azeméis, para o dia 30 de Novembro de 2007, pelas 21h30, a realizar na Sede Concelhia do PSD, sita na Rua dos Bombeiros Voluntários, 3720 Oliveira de Azeméis, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Núcleo Residencial da JSD de Carregosa.

Nota:
a) As listas deverão ser entregues, em duplicado, até 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Concelhia do PSD, sita na morada supra citada, respeitando os Estatutos Nacionais da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h00.

O Presidente da Mesa do Plenário de Oliveira de Azeméis
(José Oliveira)

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco Plenário de Secção da JSD de Matosinhos para o dia 1 de Dezembro de 2007, pelas 18h00 a realizar na Sede Concelhia do PSD – Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 98, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ordem do dia:
Eleição da Comissão Política de Secção da JSD Matosinhos
Eleição da Mesa do Plenário de Secção da JSD Matosinhos.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues, em duplicado, até ao terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Concelhia do PSD – Matosinhos, sita Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 98, respeitando os estatutos nacionais da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 16 horas às 20h20.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital do PORTO
(André Cardoso)

FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Faro para reunir em sessão ordinária no dia 23 de Novembro de 2007, pelas 21h30, na Sede do PSD, sita na Rua Vasco da Gama, n.º 54 – 1.º Dtº, em Faro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Leitura e aprovação da acta da reunião anterior;

2 – Informações Diversas;

3 – Análise da Situação Política;

4 – Outros assuntos.

O Presidente da Mesa do Plenário das JSD/Faro.

(João Tiago Cabrita Louzeiro)

MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco Plenário de Secção da JSD da Murtosa para o dia 16 de Novembro de 2007, pelas 21h30, a realizar na Sede Concelhia do PSD/Murtosa, sita na Av. 29 de Outubro, Murtosa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Análise da Situação Política

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção

(André Almeida Oliveira)

SANTA COMBA DÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da Secção de Santa Comba Dão, para uma reunião a realizar no próximo dia 1 de Dezembro de 2007, (Sábado), pelas 15 horas, Sede do PSD de Santa Comba Dão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Órgãos da Secção de Santa Comba Dão (Mesa do Plenário e Comissão Política).

Nota:

- As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa de Secção, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital da JSD de Viseu.

- As listas devem ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação e subscritores.

- As urnas estarão abertas das 15h30 às 17 horas.

O Presidente da Mesa do Plenário Distrital

(Eduardo José Brás Chaves)

CONSELHO DISTRITAL DE BRAGANÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e dos demais regulamentos aplicáveis, convoco Conselho Distrital, para o dia 10 de Novembro de 2007, pelas 16h30m, na Sede do PSD/Bragança, em Bragança, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Marcação do Calendário do Conselho Distrital Eleitoral.

O Presidente da Mesa do Congresso
(Daniel Fanguero)

CONSELHO DISTRITAL DE BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital de Braga, a realizar no próximo dia 30 de Novembro de 2007, pelas 21h30, no Auditório de Vila de Celdelas, sito na Rua Padre João Martim de Freitas, 4720-689 Celdelas – Amares, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Eleição dos representantes à Assembleia Distrital do PSD.

3 – Eleição do representante do

Distrito de Braga ao Conselho de Jurisdição de 1.ª Instância;
4 – Análise da Situação Política.

Notas:

As listas devem ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Distrital, sita na Rua de Santa Margarida, n.º 2, 2.º Dto., sala 8, 4700 Braga, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 22h15 às 24 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Braga
(Pedro Rodrigues)

Parecer do Conselho de Jurisdição

Processo n.º 19

No dia 22 de Agosto de 2007, o Conselho de Jurisdição Nacional da JSD recebeu um pedido de parecer apresentado pelo Presidente da Comissão Política de Secção da JSD de Amares, companheiro António Felgueiras.

Reunido este CJN na cidade do Porto, no dia 7 de Setembro de 2007, onde estiveram presentes todos os seus membros, deliberou, por unanimidade, o CJN/JSD, nos termos do disposto nos arts. 62º, alínea f), dos EN/JSD e do artigo 50º n.º 2 alínea f) do Regulamento Interno do CJN, emitir o seguinte parecer:

Parecer n.º 1/2007

O esclarecimento suscitado pelo Presidente da Comissão Política de Secção de Amares, companheiro António Felgueiras, consiste em saber qual é a duração do mandato da Mesa do Plenário de Secção.

Fundamenta o referido esclarecimento no facto de no Regulamento Eleitoral da JSD indiciar que a duração do mandato dos Órgãos de Secção ser de dois anos, situação não corroborada pelos Estatutos Nacionais da JSD.

O esclarecimento suscitado remete-nos para um problema de interpretação dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, mais concretamente ao confronto dos dispositivos legais referentes à Duração dos Mandatos dos Órgãos de Secção - 96º n.º 2 dos Estatutos Nacionais da JSD e artigo 15º do Regulamento Eleitoral.

Dúvida interpretativa suscitada pela discrepância de redacção entre estes dois documentos, na determinação da durabilidade dos mesmos.

Esta discrepância levanta-nos problemas no que diz respeito ao artigo 96º n.º 2 dos Estatutos Nacionais e o 15º do Regulamento Eleitoral já, que o diploma hierarquicamente superior

prevê a duração de **um ano de mandato** « (...) Mesa do Plenário, composta por 3 membros, **eleitos anualmente por sistema maioritário simples.**» e o **Regulamento** sujeito à primazia normativa dos Estatutos contempla a duração de **dois anos de mandato** do mesmo órgão « *Os órgãos electivos de âmbito distrital e de secção terão a duração de dois anos, sendo de um ano o mandato dos órgãos de núcleo da JSD.*»

Não restam dúvidas que o artigo 15º do Regulamento quando se refere ao **âmbito distrital** reporta se aos capítulos 69º a 93º, e no **âmbito de secção** reporta se aos artigos 94º ao 100º, referindo se aos **órgãos de núcleo** previstos nos artigos 101º a 109º todos dos Estatutos Nacionais.

Quanto aos últimos não restam dúvidas que o seu mandato é de uma ano, reforçando igual ideia pelo artigo 24º dos Estatutos: «*Os órgãos electivos de âmbito nacional, regional, distrital e de secção terão a duração de dois anos, sendo de um ano o mandato dos órgãos de núcleo da JSD.*».

Ficam sim dúvidas nos **órgãos de Secção** pelo confronto dos artigos 96º n.º 2 dos Estatutos e 15º do Regulamento.

Ora sendo o órgão **Mesa do Plenário um órgão eleito** (96º n.º 2 dos Estatutos) embora em separado da comissão política de Secção (artigo 4º n.º 1 (a); 12º n.º 1 e 2º; 13º n.º 1 e 2º dos Estatutos) **bem como um órgão integrante do Secção**, como resulta do artigo 95º n.º 1 (a dos Estatutos - juntamente com a comissão política de secção e o plenário de Secção (artigo 95º dos Estatutos) - parece que a viabilidade da aplicação do artigo 24º dos Estatutos não é posta em causa nos termos interpretativos, mais não seja por o mesmo se dirigir de um modo genérico aos Órgãos e ao seu funcionamento.

Assim, **não terá grande sentido prático e de funcionalidade** a Mesa ser eleita anualmente como dispõe o artigo 96º n.º 2 dos Estatutos, contrariando o

artigo 24º dos Estatutos e o artigo 15º do Regulamento Eleitoral. Contrariamente o mandato da Comissão Política de Secção, tem a duração de dois anos (15º do Regulamento).

Além da praticabilidade, é posto **em causa o princípio da estabilidade dos mandatos**, mais concretamente a estabilidade do mandato da Comissão Política de Secção. Isto porque o Plenário como órgão deliberativo que é (95º dos Estatutos) e dirigido pela Mesa, com o poder de convocação do mesmo (3º n.º 2 do Regulamento) e de fiscalização preventiva da legalidade do acto eleitoral (4º n.º 3 do Regulamento), não será benéfico para a Comissão Política de Secção uma eleição anual para a respectiva Mesa, por vezes a meio do mandato da respectiva Comissão Política.

CONCLUSÃO:

Pelo exposto, concluímos que **a duração do mandato da Mesa do Plenário de Secção é de dois anos**, tendo por referência a interpretação do artigo 24º dos Estatutos, referente aos Órgãos em geral, não sendo, por outro lado desrespeitada nenhuma hierarquia normativa nem primazia legal de aplicação, pela situação dos artigos supra referidos estarem em concordância, portanto, respeitando o artigo 18º do Regulamento.

Notifique-se o requerente.

Publique-se no Povo Livre e publicite-se no site da JSD

Porto, 7 de Setembro de 2007

O CJN:

Bernardo Azevedo

(O Presidente do Conselho de Jurisdição Nacional)